



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

CLAUDIA BAUMGARDT

APRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS ESCRITOS DA GUERRA DO CONTESTADO:

História em memória.

ERECHIM

2017

CLAUDIA BAUMGARDT

APRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS ESCRITOS DA GUERRA DO CONTESTADO:

História em memória.

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado como requisito para a obtenção de grau
de licenciado em História da Universidade Federal
da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério

ERECHIM

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

BAUMGARDT, CLAUDIA
APRESENTAÇÃO DAS MULHERES NOS ESCRITOS DA GUERRA DO
CONTESTADO: História em memória/ CLAUDIA BAUMGARDT. --
2017.
53 f.:il.

Orientador: Prof. Dr. Mairon Escorsi Valério.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de História
, Erechim, RS , 2017.

1. Análise da participação das mulheres na Guerra do
Contestado presentes nos escritos sobre a Guerra . I.
Valério, Prof. Dr. Mairon Escorsi, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

CLAUDIA BAUMGARDT

"PROTAGONISMO DAS MULHERES NA GUERRA DO CONTESTADO: ATRAVÉS DA
ANÁLISE BIBLIOGRÁFICA"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

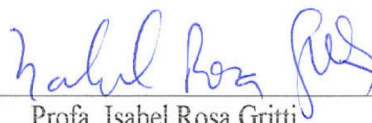
Orientador: Prof. Mairon Escorsi Valério

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 23/11/2017

Banca examinadora:



Prof. Mairon Escorsi Valério



Profa. Isabel Rosa Gritti



Profa. Fabiana Cherobin

Agradecimentos

No esforço e dedicação em elaborar este trabalho tenho a agradecer:

Agradeço ao Professor Mairon Escorsi Valério, por toda sua dedicação e empenho em contribuir para a construção deste trabalho.

Agradeço ao coletivo da Pastoral da Juventude do Meio Popular e Pastoral da Juventude Rural, por todo o apoio e incentivo, mas em especial por não deixar morrer esta história dentro da organização, trazendo presente em suas místicas e jornadas socialistas o tema, onde fui apresentada ao tema.

Agradeço a todos e todas que junto da Via Campesina lutaram para que este curso, bem como a Universidade Federal da Fronteira Sul pudesse existir.

E, por fim, agradeço aos companheiros, companheiras e familiares que sempre estiveram me ajudando, me incentivando a escrever está que também é minha história.

Dedico este trabalho a todos os caboclos e caboclas que tombaram durante a guerra e, em especial, aos que hoje ainda vivem de forma marginalizada no território e que eternizam esta história no seu imaginário

RESUMO

A Guerra do Contestado de 1912-1916 é o resultado materializado das divergências políticas, econômicas e sociais presentes na realidade desigual do Oeste Catarinense. Politicamente a região é marcada pelo mandonismo local dos coronéis, que determinavam as relações sociais de dominação. Com a posse da terra, legitimada pela Lei de Terras de 1850 surge um problema de ordem estrutural econômico, agravado com o despejo dos posseiros pela construtora da Estrada de Ferro Brazil Railway, que recebera do Governo, através da concessão da construção da estrada, a posse de 15 quilômetros de cada lado da mesma. Foram estas mudanças abruptas, na realidade dos caboclos e caboclas, que levaram o povo a sair em guerra em defesa de sua terra e seu jeito *diferente de viver*. As mulheres, nesta história, exerceram papéis fundamentais na organização do povo caboclo, desde lideranças religiosas até liderança de frente de batalha. Eram elas as que tinham ligação direta com o misticismo dos Monges, cuidado com as ervas medicinais, que mantinham a infraestrutura dos redutos e a esperança do povo na luta. O tem como objetivo fazer por meio da análise bibliográfica das obras de Paulo Pinheiro Machado – Lideranças do Contestado, de Dermeval Peixoto – A Campanha do Contestado: Episódios e Impressões de Euclides J. Felipe – O Último Jagunço, um levantamento de como a história destas mulheres são registradas e problematizar o protagonismo delas e do povo caboclo na Guerra do Contestado, relatado ou não nas obras.

Palavras Chaves: Guerra do Contestado, Protagonismo das Mulheres, Virgens e Guerrilheiras.

RESUMEN

La Guerra del Contestado de 1912-1916 es el resultado materializado de las divergencias políticas, económicas y sociales presentes en la realidad desigual del Oeste Catarinense. Políticamente la región está marcada por el mandonismo local de los coroneles, que determinaban las relaciones sociales de dominación. Con la posesión de la tierra, legitimada por la Ley de Tierras de 1850 surge un problema de orden estructural económico, agravado con el desalojo de los posseiros por la constructora de la vía de ferrocarril Brazil Railway, que había recibido del Gobierno, a través de la concesión de la construcción de la carretera, la posesión de 15 kilómetros de cada lado de la misma. Fueron estos cambios abruptos, en la realidad de los caboclos y caboclas, que llevaron al pueblo a salir en guerra en defensa de su tierra y su manera diferente de vivir. Las mujeres, en esta historia, ejercieron papeles fundamentales en la organización del pueblo caboclo, desde líderes religiosos hasta liderazgo de frente de batalla. Eran ellas las que tenían conexión directa con el misticismo de los monjes, cuidado con las hierbas medicinales, que mantenían la infraestructura de los reductos y la esperanza del pueblo en la lucha. El objetivo de este trabajo es realizar el análisis bibliográfico de las obras Paulo Pinheiro Machado – Lideranças do Contestado, de Dermeval Peixoto – A Campanha do Contestado: Episódios e Impressões de Euclides J. Felipe – O Último Jagunço, un levantamiento de cómo la historia de estas las mujeres son registradas y problematizando el protagonismo de ellas y del pueblo caboclo en la Guerra del Contestado, relatado o no en las obras.

Palabras Claves: Guerra del Contestado, Protagonismo de las Mujeres, Vírgenes y Guerreros

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
A GUERRA DOS QUE CONTESTAM POR UM LUGAR NA HISTÓRIA.....	8
AS RAÍZES DE FORMAÇÃO SOCIAIS QUE ANTECEDEM AO CONFLITO	10
A ESTRADA DE FERRO.....	14
OS MONGES E A RELIGIOSIDADE DOS CABOCLOS	16
OS REDUTOS.....	17
TRÊS OLHARES SOBRE UMA MESMA HISTÓRIA.....	24
A CAMPANHA DO CONTESTADO: EPISÓDIOS E IMPRESSÕES, DE DEMERVAL PEIXOTO	24
LIDERANÇAS DO CONTESTADO DE PAULO PINHEIRO MACHADO	31
O ÚLTIMO JAGUNÇO: FOLCLORE NA HISTÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO.....	34
AS MULHERES DO CONTESTADO E SUA ATUAÇÃO COMO ENFRENTAMENTO CONTRA A HEGEMONIA	37
VIRGENS E GUERREIRAS	37
CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	46
ANEXOS.....	48

INTRODUÇÃO

A história é feita de histórias, e estas de pessoas humanamente diferentes, e para compreendê-la precisamos compreender e reconhecer as histórias de todos e todas que a compõem. O interesse em estudar sobre a participação das mulheres na Guerra do Contestado surge justificado no legado deixado por elas no imaginário do povo da região do extremo oeste de Santa Catarina.

O presente trabalho tem como objetivo problematizar qual o registro da participação das mulheres na Guerra do Contestado, através da leitura e análise bibliográfica de três obras, sendo elas: *O Último Jagunço* – Euclides J. Felipe, *Lideranças do Contestado* – Paulo Pinheiro Machado e *A Campanha do Contestado: Episódios e Impressões* – Dermeval Peixoto (Crivelário Maciel). Cada uma delas segue uma análise com posicionamentos distintos sobre a Guerra do Contestado e seus protagonistas.

A escolha das obras deu-se por meio do conhecimento prévio e das fontes utilizadas pelos autores, com o intuito de abordar um campo mais amplo de análise histórica do conflito. A obra *O Último Jagunço* de Euclides J. Felipe¹ é estruturada pelas das narrativas coletadas por ele ao longo de 45 anos, no convívio com os caboclos e peões de fazenda, redigindo com fidelidade os versos e prosas, respeitando a linguagem cabocla. Por mais que o livro tenha sido publicado em 1995, os registros datam do período da Guerra do Contestado, por isso ele ganha reconhecimento de fonte histórica. (FELIPPE, 1995, p.7)

Quanto ao livro *Lideranças do Contestado*, sua escolha decorre devido à atuação de seu autor, Paulo Pinheiro Machado², em resgatar a estrutura da formação social, política e de autoridade desiguais na região, assim como o protagonismo do povo caboclo no decorrer da guerra.

¹Euclides J. Felipe: Topografo por mais de 40 anos, é neste período que realiza as entrevistas com os caboclos anotando tudo em suas cadernetas de topografia, exerceu a função de delegado de polícia de Curitiba em 1940, foi membro do Conselho Estadual de Cultura nos anos de 1950 e acompanhou as pesquisas de Vinhas de Queiroz nos anos 1950.

² Paulo Pinheiro Machado é graduado em História pela UFRGS, Mestre e Doutor pela Unicamp, Pós-doutor pela Universidade Autônoma de Barcelona e pela Universidade Federal Fluminense, professor da UFSC desde 1987. Sua pesquisa de mestrado resultou na publicação do livro “A política de colonização do Império” considerado como precursor dos trabalhos com enfoque na história social e política da imigração e colonização no sul do Brasil. Contudo, atualmente seu nome confunde-se com seu objeto de pesquisa. Sua Tese e livro, intitulados “Lideranças do Contestado” é seguramente o trabalho mais denso e coeso sobre o conflito do Contestado (1912-1916) desde os estudos sociológicos de Maurício Vinhas de Queiroz (1966) e Duglas Teixeira Monteiro (1974), tanto em termos documentais como em qualidade literária; sendo, portanto, a maior referência nos estudos da “guerra santa” dos últimos 40 anos. (SOUSAL, BULL, SILVA, 2015, p.142)

E o terceiro livro, *A Campanha do Contestado: Episódios e Impressões*, de Dermeval Peixoto³, apresenta uma análise dos militares sobre os conflitos, sendo ele baseado nos registros escritos nos cadernos de campanha de soldados envolvidos nas Campanhas da Guerra.

O intuito de analisar estas três obras de pontos de vistas distintos e peculiares é para, por meio delas, problematizar como se dá a abordagem, ou não, do protagonismo das mulheres e do povo caboclo, nas diferentes linguagens e nos distintos registros históricos e pontos de vistas de análises sobre a Guerra do Contestado.

A Guerra, ocorrida entre 1912 a 1916, em Santa Catarina, foi um conflito cujos aspectos, fundamentalmente, não podem ser compreendidos sem o entrelaçamento das questões políticas, religiosas e injustas da sociedade naquele período histórico. Uma guerra movida pela fé, resultado das injustiças de uma sociedade que operava e ainda opera ancorada na divisão social entre classes.

A história da humanidade é marcada por divergências de cunho ideológico e político, que se correlacionam diretamente com as condições econômicas dos seres humanos que constituem determinada sociedade. Tais divergências são problematizadas pelas nacionalidades de forma distinta, gerando movimentos históricos peculiares e de exaltações específicas e diversas. O presente trabalho, num dado momento, levanta as mudanças ocorridas dos séculos XVII a XX, que geraram mudanças estruturais de ordem política, econômica e social no Brasil, problematizando os resultados do estranhamento destas transformações abruptas na organização social.

Estudar o papel das mulheres na história, no caso em questão, na Guerra do Contestado, é desconstruir uma relação de esquecimento da participação das mulheres na história. Se a história é feita de seres humanos, é fundamentalmente de homens e mulheres. No entanto, a sociedade é gerida por um conjunto de leis e valores socialmente construídos, que são historicamente determinados pelas relações sociais de homens e mulheres no tempo. Essas se estabelecem tanto nos espaços de convivência coletiva quanto na vida privada, sendo a última o principal espaço de reprodução desta estrutura, através da família, que é a primeira, intocável, e mais eficiente base de reprodução dos valores do sistema.

Com a consolidação do sistema de produção capitalista, os seres humanos, homens e mulheres também passaram a desempenhar papéis predeterminados, para garantir o

³ Dermeval Peixoto – Fernando Setembrino de Carvalho nasceu no Rio Grande do Sul, foi deputado estadual constituinte em seu estado, interventor federal no Ceará, comandante de operações militares durante a Guerra do Contestado (1914-15), Chefe – Major do Exército em 1922 e ministro da guerra de 1922 a 1926. Seus manuscritos são divididos em cinco séries, sendo uma delas o livro analisado. (PEIXOTO,1920)

funcionamento do mesmo. Aos homens, os papéis que destacam a virilidade e força; e, para as mulheres, os espaços escondidos, delicados, que pressupõem inferioridade e dependência. A divisão sexual do trabalho vem ancorada nestas relações predeterminadas no ceio das famílias, possibilitando que, quando se atinja o espaço de convivência coletiva, possamos inserir-nos sem maiores complicações na *ordem social*. Como aponta Pierre Bourdieu:

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembléia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e a parte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 2012, p.18)

Todas as nacionalidades são alicerçadas nestas relações de dominação, divisão sexual e intelectual das tarefas de reprodução da vida. Deste conjunto de relações geram ritos, costumes ou passagem, mesmo que para os sexos distintos, que servem ao mesmo objetivo político de formação, ou de indução da consciência, e legitimam a desigualdade entre homens e mulheres.

O estudo do protagonismo das mulheres na história da Guerra do Contestado, por intermédio da análise bibliográfica de três obras escritas por homens, surge com a necessidade de problematizar o espaço reservado para a mulher nos registros sobre a guerra e apontar o enfrentamento feito por elas em relação ao papel que o sistema lhes determinou.

O primeiro capítulo abordará sobre a Guerra do Contestado, levantando os elementos políticos, econômicos e sociais que levaram o povo caboclo a entrar em guerra. Desde a formação social e ocupação territorial da região; a desigualdade social e de poder político; os conflitos por demarcação territorial entre Paraná e Santa Catarina e sua influência; a construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande e o desconforto gerado para a população; e a religiosidade adentrando na participação dos Monges, virgens e do povo como lideranças.

O segundo capítulo é formado pela análise das três obras bibliográficas, percorrendo de forma breve, sobre os fatos do conflito descritos nelas, e problematizando a presença, ou não, nos relatos sobre a atuação das mulheres nos diferentes pontos de vista.

No terceiro capítulo, lutando contra a ausência de registros históricos, procuro fazer um resgate histórico sobre a participação de algumas das mulheres que se destacaram como lideranças na guerra.

A GUERRA DOS QUE CONTESTAM POR UM LUGAR NA HISTÓRIA.

A Guerra do Contestado é o resultado materializado das divergências políticas, econômicas e sociais que caracterizam a luta entre classes. Este conflito que marca fortemente a história de Santa Catarina, Brasil e até mesmo América Latina, demarca o extremo da coisificação das vidas perante os objetivos do sistema capitalista.

A morte, os massacres, a desigualdade social, a criminalização são algumas das respostas dadas ao desconforto que o *diferente* faz germinar em um sistema hegemônico. As mobilizações em prol de um mundo de iguais, de uma mística religiosa peculiar, do conhecimento da natureza em benefício da sobrevivência, presentes na organização cabocla de Santa Catarina, é reconhecido como afronta aos valores capitalistas que vinham se fortalecendo nas relações sociais no fim do século XIX e século XX.

O Brasil, neste período, passou por transformações marcadas por crises de ordem econômica, política de autoridade e ideológica. Acontecimentos de importância estrutural no país, como abolição da escravidão negra (1888) e a proclamação da República (1889) – que cessava com um regime conservador imperialista, dando espaço para a ascensão de uma “nova” burguesia agrária, que propunha adequar a velha estrutura à nova ordem política (república) –, antecedem ao cenário sociopolítico do conflito do contestado.

A Proclamação da república vem ancorada nos ideários positivistas e no liberalismo, com o intuito de desenvolvimento econômico e industrial, aumento do potencial de produção e política de melhoramento genético da população através da imigração europeia, com a *política de branqueamento*⁴, baseado em uma perspectiva eurocêntrica de tornar o Brasil um país moderno. Segundo José de Souza Martins (1981), a República é produto de um processo político desde as Leis de Terras de 1850, que é a primeira iniciativa que favoreceu o desenvolvimento da apropriação privada da terra. Na medida em que o trabalho deixa de ser cativo, aprisionam-se os meios de realização do trabalho, a terra, tornando-a o principal meio de subjugação do trabalho, onde os senhores de escravos passam a exercer o papel de senhores da terra.

Tais modificações, no entanto, não afetaram em absolutamente nada uma velha instituição, caracteristicamente de classe, que desde a Colônia arregimentava os grandes proprietários de terras e escravos, criando-lhes um séquito de subalternos que os tinham como interpostas pessoas entre o poder público e o poder privado dos poderosos. Essa instituição fora, no período colonial, a das companhias de

⁴ Política de Branqueamento: sustentava a possibilidade de transformar uma “raça inferior” numa “raça superior”, sendo inferior os negros e índios e superior os europeus. Disponível em https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf, último acesso em 13/11/17 às 21:48

ordenanças, uma força militar auxiliar que arregimentava os civis, eventualmente em situações de conflito e permanentemente para execução de serviços de mão-comum, como era o caso de abertura, manutenção e reparo de estradas. (...) É na República que a Guarda Nacional acabou tendo um papel essencial. Seus integrantes eram graduados segundo uma hierarquia militar, sendo denominados “coronéis” e o fenômeno político que marcaram com sua presença ficou conhecido como *coronelismo*. O coronelismo se caracterizou pelo rígido controle dos chefes políticos sobre os votos do eleitorado, constituindo os “currais eleitorais” e produzindo o chamado “voto do cabresto”. Isto é, o leitor e o seu voto ficarem sob tutela dos coronéis, que deles dispunham como coisa sua. (MARTINS, 1997, p.45-6)

Bem como outros países periféricos, o Brasil recebe “a modernização” como projeto externo, e não como construção autônoma, que compreendesse e respeitasse as peculiaridades dos povos. Assim, perante a vertiginosa necessidade de crescimento do capital, os povos, a natureza, as culturas e a vida são meros obstáculos a serem vencidos, ou matérias-primas a serem exauridas.

Como analisa Boris Fausto (1997), a proclamação da República muda as estruturas políticas e sociais de poder, as capitânicas hereditárias passam a ser Estados, contudo, os Estados ainda não apresentavam demarcação territorial definida, acentuando conflitos já existentes por demarcação, no caso em questão, entre Paraná e Santa Catarina. A política republicana vem ancorada em um projeto de modernização e de desenvolvimento do capitalismo, diante tais demandas, fez-se necessário expandir o território, o comércio, agilizar o transporte com a abertura de concessões para construção de estradas de ferro e, “culturalmente”, aumentar-se-ão também, os projetos de colonização com imigrantes europeus.

É neste novo contexto de transformações estruturais das relações sociais e de poder no país que as contradições presentes na região contestada aflorar-se-ão. As vidas dos sertanejos presentes nas terras, agora devolutas, são indiferentes perante o projeto e, sem nenhum pudor, os costumes, ritos e culturas da população da região são desprezadas, sendo colocado sob o jugo do favorecimento ou não da propriedade privada.

... Num período de nítida hegemonização das relações capitalistas, notadamente de generalização da propriedade privada sobre o solo, da transformação da terra em equivalente de capital, nenhum grupo social se encontra imune ante este processo. Desta forma, houve a transformação dos camponeses de grupo social caracterizado pelo trabalho familiar e acesso à terra (seja na condição de proprietário formal, posseiro, meeiro ou agregado), na prática, em trabalhadores para o capital. O capital subordina o trabalho camponês apropriando-se da renda da terra e do lucro médio, os quais passam a ser acumulados por comerciantes, bancos, industriais etc. (MACHADO, 2004, p. 30)

Terra que no imaginário caboclo ganha diferente significado, por eles considerada mãe misericordiosa segundo os relatos apresentados por Euclides Felipe (1995), nos três dos 29 mandamentos da natureza, pregados pelo Monge João Maria:

6) A terra é nossa mãe. A água é o sangue da terra-mãe. Cuspir e urinar na água é o mesmo que escorar e urinar na boca de sua mãe.

7) O Pai da Vida é Deus. A Mãe da Vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou.

8) quem não sabe ler o Livro da Natureza, é “analfabeto de Deus”. (p.36)

Agora, está era destinada tão somente a gerar riqueza e cobrança de impostos. Iniciar-se-á assim, os conflitos pela terra santa, rica em araucárias, erva-mate nativa, rios e alimentos. Ademais, havia pequenas fazendas, sitiantes, grupos indígenas e posseiros que construía suas moradas de forma pacífica, apossando-se de pedaços de terras. Ela também recebia por temporada caboclos que viviam de forma itinerante no território.

Contudo, o conflito compreendido de 1912-16 tem raízes anteriores à batalha de Irani que ocorreu no dia 22 de outubro de 1912, episódio que muitos escritores militares, com o intuito tão somente de relatar as batalhas do Contestado, como de Dermeval Peixoto, determinaram como o momento que deu início a Guerra. Esta batalha pode ter sido o estopim para os conflitos armados e fortalecimento da concentração de pessoas nos redutos⁵, bem como possibilitou a ressignificação sobre o conflito e na crença dos monges e no exército encantado, mas os problemas sociais a antecedem. A Guerra do Contestado foi uma resposta às condições desiguais que o povo caboclo de Santa Catarina foi e ainda é submetido no Brasil.

AS RAÍZES DE FORMAÇÃO SOCIAIS QUE ANTECEDEM AO CONFLITO

A Guerra Santa do Contestado é, acima de todas as interpretações, um conflito da classe dominante contra classes subalternas e é desta forma que pretendo tratá-la.

No território do contestado, para além de toda a disputa territorial por demarcação das fronteiras entre Santa Catarina e Paraná e a construção da estrada de ferro, o território é ainda estruturalmente marcado por constantes conflitos políticos, entre coronéis, sitiantes, posseiros, indígenas, caboclos, e por conflitos diretos dos desempregados da construção ferroviária com a empresa construtora da estrada de ferro.

⁵ Os ajuntamentos da caboclada recebiam diversas denominações, como redutos, quadros santos, cidades santas.

Primeiramente, Santa Catarina é terra de povos indígenas, Kaingangs, Xoclengs e Guaranis, estes que por milênios sobreviviam das terras agora por brancos apossadas. Viviam de forma peculiar, tinham sua subsistência baseada na caça e coleta, com pouca agricultura desenvolvida, migrando pelo território do seu povo como Vinhas de Queiroz aponta:

...os índios Xoklengs mantinham uma disputa secular com os Guaranis e os Kaingangs para o controle do território que ocupavam. Os Guaranis dominavam extensa faixa do planalto ao lado dos rios que integram as bacias Paraná/Paraguai e o litoral; os Kaingangs eram senhores das terras do interior do Planalto, os Xoclengs tinham nas florestas que se situam entre o litoral e o planalto o seu território de domínio e refúgio.” Diferentemente dos demais, “os Xoclengs, que falavam a mesma língua dos Kaingangs, não cultivavam a terra, eram mais nômades, se deslocavam constantemente de um lado para o outro em meio as florestas, (...) e viviam em pequenos grupos” (QUEIROZ, 1977, P. 19, APUD TOMAZI, 2010, p.14)

A ocupação por imigrantes no territorial de Santa Catarina no período colonial, não se desencadeou de forma diversa dos demais Estados brasileiros de “colonização” tardia. Segundo Caio Prado Junior (1994), a primeira leva de ocupação dos territórios se dá com o processo de colonização até fins do século XVII, com a ocupação por sesmarias, onde grandes propriedades de terras eram direcionadas a poucos indivíduos pelo poder Imperial, muitas vezes estes tinham ligações militares ou políticas com a Coroa.

Este processo de povoamento provoca conflitos diretos com grupos indígenas, sendo que estes não eram nem mesmo reconhecidos como seres humanos, mas igualados a animais pelos *brancos*. Desta forma, há uma investida de extermínio dos povos indígenas, pejorativamente chamados de bugres, ou negros da terra. Neste período, milhares de indígenas são eliminados, sem parecer gerar nenhuma forma de pesar na consciência do povo *branco*, pois neles introjetado estava o espírito do projeto do “diabo”, como os caboclos se referiam ao projeto da república, do capitalismo.

Dracy Ribeiro destaca em sua obra *O povo brasileiro*, está dualidade das consciências nos conflitos interétnicos:

As forças que se defrontam nessas lutas não podiam ser mais cruelmente desiguais. De um lado, sociedades tribais, estruturadas com base no parentesco e outras formas de sociabilidade, armadas de uma profunda identificação étnica, irmanadas por um modo de vida essencialmente solidário. Do lado oposto, uma estrutura estatal, fundada na conquista e dominação de um território, cujos habitantes, qualquer que seja sua origem compõem uma sociedade articulada em classes, vale dizer, antagonicamente opostas mas imperativamente unificadas para o cumprimento de metas econômicas socialmente irresponsáveis. A primeira das quais é a ocupação do território. Onde quer que um contingente etnicamente estranho procure,

dentro deste território, manter seu próprio modo tradicional de vida, ou queira criar para si um gênero de existência, estala o conflito cruento. (RIBEIRO, 1995, p.169)

Ainda, é povoada por pequenos sitiantes e posseiros que ocuparam o território de forma pacífica. Há uma parcela significativa da população, cuja ocupação também se dá desta forma, direcionada ao território sobre a influência das atividades exercidas pelos caminhos das tropas, tropas estas de gado e, em suma maioria, de mulas destinadas ao transporte, vindas do Rio Grande do Sul para comércio em São Paulo e Sorocaba:

É a partir de meados do século XVIII que começa um novo ciclo de povoador da região, animado pela estabilização e crescimento do caminho das tropas que ligava, pelo planalto, as províncias platinas, o antigo distrito das missões e a campanha gaúcha aos campos de Curitiba e a cidade de Sorocaba, ponto terminal do gado muar tangido desde o sul. As capitais centrais do Brasil (principalmente Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro) necessitam de animais de tração – especialmente da mula, por sua força e resistência – como meio de transporte de longo curso, utilizado por comitivas de cargueiros que trilhavam as mais difíceis picadas. (MACHADO, 2004, p.60)

Ao longo do caminho das tropas, devido à quantidade de dias tomados nas viagens, existiam os lugares de pouso e descanso, seus e de suas tropas, que, com o tempo, foram fixando-se, formando vilas. Famílias inteiras foram se colocando no território, com o objetivo de contribuir com este cuidado e manejo das tropas e tropeiros. Ante tal conjuntura, com o tempo, o território tornou-se uma extensão da pecuária gaúcha e paranaense.

Havia também os caboclos que viviam de forma peculiar, mantinham-se em determinado território por meio de uma relação de apropriação dos recursos até que estes se esgotassem, em seguida, procuravam outro local e, no outro espaço, procuravam reconstruir suas relações tal qual antes. Seguiam pelo território em busca de trabalho na colheita da erva mate nativa e, quando acabado, ir-se-iam para outras terras em busca de novas manchas de erva para colher e vender. Ali se construía uma nova morada, um espaço para criar os animais próximos à morada e, mais distante da morada, para evitar que os animais criados devorassem a produção, fazia-se o roçado, onde se plantava milho, batata, mandioca, feijão, tudo que a terra poderia dar e a família necessitava, muitas vezes, na retirada, as plantações ficavam e serviam de alimento para outras famílias que passavam pelo território ou para o próximo ano, e ainda contavam com a caça. Os que não eram itinerantes viviam em pequenos vilarejos:

Além dos indígenas das comunidades Kaingang e Xoclengs da família Jê e Guaranis, que até recentemente não eram computados nas pesquisas demográficas, a

maioria do povo que habitava a região, até meados do século XIX, era de caboclos, providos principalmente da miscigenação entre indígenas destas comunidades, negros, preponderante de origem banto e congolês, portugueses-paulistas e espanhóis já radicados na Argentina, Uruguai e Paraguai, entre outros. Somente a partir de meados do século XIX é que começaram a chegar na região as primeiras famílias de origem italiana, alemã, polonesa, entre outras. (TOMAZI. 2010, p. 15)

Politicamente, os coronéis é quem exerciam o poder. Bem como Paulo Pinheiro Machado aponta, o que tinha condição de mobilizar maior contingente de capangas armados, o que tinha maior poder de coerção por força, exercia a função de superintendente (*prefeito*), por vezes até o estado acatava as decisões e indicações feitas pelo poder local. Assim, as decisões historicamente, em SC, foram pensadas pelos grandes e para eles. Tanto que a política interferia diretamente nas relações judiciais, precarizando o acesso à justiça pelos trabalhadores/as do campo, aprofundando o abismo já existente da desigualdade social-política na região. Como está ilustrado na obra *Lideranças do Contestado*, o mandonismo local exercido pelos coronéis:

Em 1916, a comissão municipal do Partido Republicano, em Curitiba, era formada pelo coronel Francisco Ferreira de Albuquerque (presidente do partido e superintendente municipal); Antonio Henrique de Amorim (Secretário do partido e titular do Cartório de Registro Cívico); tenente-coronel Virgílio de Pereira (fazendeiro); coronel Graciliano de Almeida (grande fazendeiro, irmão do coronel Henriquinho, mas partidário de Albuquerque) José Custódio de Mello (fazendeiro); Diogo Alves Ribeiro (fazendeiro); e Leogídio Vicente de Mello (delegado de polícia, cunhado de Albuquerque, fazendeiro, suplente de secretário do Partido). Esta comissão encaminhou um ofício ao governador indicando nomes para preenchimento de cargos de suplentes de juizes de direito na sede do município; de chefe escolar (havia apenas duas escolas em funcionamento em todo o município); e suplente de subdelegado de polícia para os distritos de Santa Cecília do Rio Correntes e São Sebastião da Boa Vista (Perdizes). Na margem lateral do ofício encaminhado pelo Partido Republicano de Curitiba, há um despacho com rubrica do governador Felipe Schmidt encaminhando a lista de nomeações ao secretário-geral do estado, no qual se lê: “[...] façam-se as nomeações indicadas”. (MACHADO, 2004, p.106)

Anterior a lei de terras de 1850, a ocupação territorial da região deu-se de forma independente, tanto pelos coronéis com suas sesmarias, quanto para os sitiantes, posseiros e caboclos. Com a então legitimação da propriedade privada, ocorreu uma mudança estrutural gigantesca na divisão social da terra.

... O acesso à terra se daria mediante a oferta compulsória de trabalho ao grande fazendeiro. Com esta mudança, a questão do campesinato é colocada em novos termos. Em primeiro lugar, porque liberta o camponês da grande propriedade, ao mesmo tempo que o subjuga a ela. Antes “posse” e “sesmarias” correspondiam a lógicas distintas e combinadas, podendo a concessão de sesmarias ocorrer em terras já tomadas por posseiros, problema que se resolvia pela superioridade jurídica da

sesmaria e pelo vínculo de dependência que tal superioridade supunha do posseiro em relação ao sesmeiro. Agora, o espaço do camponês passa a ser um e o espaço do fazendeiro passa a ser outro. Em segundo lugar, por que as modificações no regime fundiário abrem caminho para um novo campesinato, que cada vez mais terá menos que ver com o velho campesinato de posseiros e agregados. Trata-se de um campesinato de pequenos proprietários, um campesinato moderno cada vez mais dependente do mercado, um campesinato, que cada vez mais dependente do mercado, um campesinato de homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria. (MARTINS, 1997. p.42-3)

A política de colonização por imigrantes europeus, ou filhos de imigrantes nascidos no Brasil, aumenta a concentração de terras na região, sendo que, por vezes, estas acabam nas mãos de indivíduos de fora, de outros estados, até país, que não compreendiam a realidade, aumentando a intolerância com o jeito de viver *diferente* da caboclada.

A ESTRADA DE FERRO

Em 20 de dezembro de 1888, o engenheiro João Teixeira Soares assina um contrato com o Governo Imperial a fim de estudar e reconhecer o território para a possível construção da estrada de ferro, ligando a região sul do Brasil ao norte. Ao longo da expedição de reconhecimento do território feita, destacam-se características da região como: clima, hidrografia, potencial para a expansão da imigração, geração de lucros com o transporte de passageiros e mercadorias, características que serviriam posteriormente como argumentos positivos para a construção da ferrovia perante o Governo Imperial. (ESPING. 2011, p.127-8)

A construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (ver mapa 1), pensada no fim do Império Brasileiro, no entanto, só se inicia em 1897 e, com a proclamação da república neste tempo, sofre mudanças na concessão e no seu objetivo.

Foi em seus momentos finais que o Império brasileiro aprovou um projeto há muito acalentado pelo poder público, assinando-se o decreto que autorizava a construção de um caminho de ferro que faria a ligação da província de São Paulo ao sul do Brasil. Em 9 de novembro de 1889, através do decreto n.10.432, o engenheiro João Teixeira Soares recebeu do Governo Imperial autorização para “construção, uso e gozo” da ferrovia que passou a ser denominada Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG). No dia 14 de novembro Teixeira Soares assinou o contrato com o Governo Federal, e apenas seis dias após a assinatura do decreto e um dia após a assinatura do contrato, caía a Monarquia e com ela o compromisso entre as partes. (ESPING. 2012, p.4)

Segundo Márcia Janete Esping (2011), o governo imperial havia dado destaque para o avanço da imigração no decreto, o qual se utilizaria da construção da estrada, e colocaria em

vigor um verdadeiro plano de colonização, com o intuito de modificar a realidade histórica da região. Com a República, seu primeiro governo provisório, sendo ele militar, exalta o objetivo de ter a estrada de ferro mais como uma estrada estratégica do que como avanço do progresso.

Entre meio a um emaranhado de mudanças nos decretos da concessão para a construção da ferrovia, em 1901, o decreto n.3.947 consolida cláusulas antigas para a construção.

Este decreto confirmou que a Companhia gozaria de privilégios por noventa anos e garantia de 6% em ouro, ao ano, durante trinta anos, para construção uso e gozo de uma estrada de ferro que ligasse Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, além de conectar a capital da República com fronteiras da Argentina e Paraguai. Confirmou ainda a cessão gratuita de quinze km para cada lado da linha. O decreto ainda dispunha sobre questões ligadas às negociações e pagamentos entre a Companhia e o Governo (COMPANHIA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO – RIO GRANDE, 1931/ P. 63/65). Além disso, concedia o privilégio, sem garantia de juros, para a construção do ramal do Porto da União da Vitória ao Porto de São Francisco, em Santa Catarina, unificando algumas e consolidando outras cláusulas referentes a diversos decretos relativos à criação da EFSPRG (RFFSA, 1966, P.4. APUD ESPINS, 2011, p.137)

Subsequentemente, a construção da ferrovia ocorre lentamente. A partir de 1906, após a terceira conferência Pan Americana (RJ), a companhia Brazil Railway entra nos rol dos interessados, ao reconhecer o potencial de lucro, compra ações da Companhia EFSPRG. Os quilômetros que pertenciam a Brazil Railway são destinados à empresa Southern Brazil Lumber and Colonization, subsidiada pela anterior. Esta coloca em andamento a intensiva exploração da madeira e a venda de terras a colonizadores estrangeiros, torna-se, posteriormente, uma das potências no controle de ferrovias e, também, consolida-se nas áreas de extração da madeira, colonização, comércio, portos.

Segundo Paulo Pinheiro Machado, Percival Farquhar é quem funda a companhia Brazil Railway, com investimento de capitais ingleses e franceses⁶. E conforme Marcia Janete Esping (2011), a organização da companhia tem como objetivo adquirir e controlar várias construções férreas no território Latino Americano. (p.141-2)

Com o decreto que cedeu o montante de terras a construtora da estrada, há um aumento gradativo da violência no processo de despejo das famílias que viviam no território. Estes são feitos por milícia particular da empresa construtora, donde executavam, desde

⁶ A empresa concessionária responsável pela exploração da linha por 90 anos era a Brazil Railway, formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar com a contribuição de capitais ingleses e franceses, o qual, além da garantia de juros em caso de prejuízo, recebia como doação por parte do governo federal um trecho de até 15 quilômetros de terras de cada margem da linha.(...) Essa concessão foi renovada pelo governo provisório da República, por decreto de 7 de abril de 1890, segundo o qual a doação de cada margem seria de *no mínimo* 15 quilômetros, tendo, no conjunto da extensão, um domínio médio de 9 quilômetros por margem. (MACHADO, 2004, p. 143)

expulsões até assassinatos aos caboclos que resistiam. Assim, os caboclos, posseiros e sitiantes, agora desterrados junto dos desempregados da construção ferroviária, aumentam gradativamente a concentração da população dos redutos.

OS MONGES E A RELIGIOSIDADE DOS CABOCLOS

Os monges, dois ou três como afirmam alguns escritores, João's Maria e o José Maria, tiveram papel crucial no levante da caboclada da região. Exerceram um significado peculiar no caráter e posicionamento político dos redutos e na deflagração da guerra. Os monges peregrinaram, ensinando e fazendo curas com ervas medicinais e também aprenderam muito com as caboclas/os que tinham afinidade com a medicina natural e, deste modo, em suas peregrinações, trocaram conhecimento.

Indagavam a necessidade e poder de cura da água potável (indiretamente apontavam a importância de cuidado com as nascentes), faziam suas rezas, bençãos, batizados, e anunciavam os perigos apocalípticos que se avizinham com a implementação da república e suas novas táticas de exploração, como à cobrança pelo título da terra e impostos. Eles desempenhavam, portanto, um papel de formação política social, em que transmitiam as mudanças que o país vinha passando, da mesma forma que instigavam a organização política ideológica dos caboclos, pela conscientização do papel que restava aos expropriados neste sistema.

Liderados pelo Monge José Maria, afirmando que “*a religião dos padres é a religião dos coronéis*”, apegados a crenças herdadas de seus avós índios e mestiços, forjaram uma nova ideologia, criaram uma nova seita e sustentaram uma guerra civil de 1912 a 1916, sem tréguas, sem mediações e sem armistício. Combatiam com armas obsoletas dos tempos da guerra do Paraguai – facões, revólveres, espadas de madeira de lei, contra canhões, granadas e metralhadoras recém-importadas da Europa. (...) Analfabetos, desnutridos, sem meios de reabastecimento, os sertanejos do Contestado conquistaram um lugar de honra na memória histórica do povo Brasileiro, um país estigmatizado por tantas contradições e injustiças sociais. (HELLER. 2012, p.13-4)

Quanto ao aparecimento destas figuras que exerciam importante significado e influência na organização cabocla do Contestado, Douglas Teixeira Monteiro (1974) afirmou que o primeiro registro histórico de aparecimento é datado por volta de 1844, de João Maria em Sorocaba e Araraquara (SP), Rio de Janeiro, Santa Maria (RS), Rio Negro e Lajes (SC), Lapa (PR). A partir de 1893, começou-se a ter notícias de um segundo Monge, entre Iguazu e

Uruguai. E com a aparição deste, implementou-se um dos primeiros símbolos da Guerra do Contestado, pois carregava com ele *uma bandeira Branca com uma pomba vermelha no centro*. (p.269-70)

Ambos tinham conhecimento sobre as ervas medicinais e chás, eram conhecidos por realizar curas com os benzimentos, pregavam que as nascentes d'água tinham poder de cura, não eram contra a monarquia e propagavam discursos apocalípticos relacionados à república e ao mal que traria para as terras e para o povo que nelas viviam. Tinham divergências com a igreja por realizar batizados, que segundo o catolicismo é um direito reservado aos padres. José Maria apareceu por volta de 1912, em Campos Novos⁷, teve uma passagem mais breve e se dizia parente de João Maria, tinha conhecimentos mais apurados em relação à natureza e às ervas medicinais, organizou e comandou o povo caboclo na batalha do Irani. Os monges valorizavam as peculiaridades do jeito de viver dos caboclos, escutando suas angústias e denunciando as injustiças por eles sofridas, alimentavam a esperança de um mundo mais justo.

OS REDUTOS

O reduto de Taquaruçu foi o primeiro ajuntamento do povo caboclo, seguindo o caráter de festa camponesa (onde todos ajudavam, para que os que não tivessem o que comer, também pudessem ter), que ganhou dimensão e estrutura gigantesca. Muitos eram os povos que aderiam aos redutos, desde antigos oficiais da Guarda Nacional, membros de influência política na monarquia que não haviam conseguido muitas posses, remanescentes da revolução federalista, antigos trabalhadores da estrada de ferro, pequenos fazendeiros, sitiante e caboclos, todos seguiam José Maria em busca de seus *sermões*, curas, benção e pelo “mundo novo”.

Os redutos formaram-se em locais novos, onde não havia Vila, Sede de Distrito ou freguesia anteriormente. Mesmo quando quase toda a população de São Sebastião das Perdizes adere ao movimento, o reduto de Caraguatá foi construído fora do rossió deste distrito. É possível considerar que isto se deveu ao projeto sertanejo de construção de uma “Cidade Santa”, uma “Nova Jerusalém”, como afirmava Eusébio, uma cidade que não deveria ser uma continuidade da vida então existente. Seria a construção de algo realmente novo, com nova identificação territorial, onde não vigoraria o poder das antigas autoridades. Isto pode ser relativizado se considerarmos o fato de que uma das principais lideranças rebeldes oriundas de Perdizes, Elias Antônio de Moraes, era oficial da Guarda Nacional e antigo Juiz de Paz neste distrito. Com certeza Elias exercia parcela significativa de sua liderança por conta dos cargos públicos que ocupara durante sua vida, principalmente o de

⁷ Os Errantes do Novo Século de Douglas Teixeira Monteiro, 1974, p.271

Juiz de Paz, função de enorme importância numa comunidade pobre e fronteira.
(MACHADO, 2004, p.209)

A organicidade dos redutos se dava de forma coletiva, conforme as famílias vinham chegando, eram inseridas nas tarefas e os bens, como gado, eram colocados ao cuidado do coletivo e, também, a serviço dele, desenvolviam-se os roçados e a coleta. A defesa da monarquia cabocla⁸ era muito mais atribuída à forma com que o povo era tratado no Império e às mudanças radicais na realidade, causadas pela proclamação da República, do que propriamente uma defesa política ao regime monárquico. Assim, como Boris Fausto aponta, a perspectiva da luta no contestado ganha, além da estrutura religiosa, uma ligação fina com a vida dos caboclos e caboclas, e a luta pela terra têm uma ligação muito mais fraternal do que especificamente de utilizá-la para a reprodução da vida.

Na Guerra do Contestado, os motivos tradicionais de conflito na região – a honra, a política e a terra - cederam lugar a valores de outra natureza. Da defesa da honra pessoal passou-se para a luta por uma *santa religião*. O saudosismo do II Reinado – herança das lutas federalistas – é substituído pela busca de uma *santa monarquia*. A questão de limites – sem nenhum significado para a maioria dos combatentes – passa para segundo plano. Anula-se a importância dos conflitos locais entre “coronéis”. A terra que passaram a defender não era a terra em que plantavam, mas aquela onde estavam sepultados os seus mortos e de onde sairiam no grande dia no qual, pela junção do Céu e da Terra, uma ordem absolutamente nova seria inaugurada, cessando a história, com seus desacertos e sofrimentos. (FAUSTO, 1997, p.84)

Após a morte do Monge José Maria, os redutos passaram a se organizar ao entorno de virgens, ou meninos deus, sendo eles, em suma maioria, jovens que afirmavam receber mensagens e orientações do monge por meio de sonhos ou conversas restritas. Para se manterem na direção do reduto, eram, pelo coletivo do reduto, avaliados por ter ou não “açó”, sendo este a capacidade de decifrar as mensagens e tomar as decisões práticas de atuação dos redutos, revelando ter boa análise da realidade. As decisões, divisões de tarefas e comandos eram dadas através das *formas*, onde, no início do dia, encontravam-se todos /as para fazer a

⁸ Os rebeldes do Contestado – diz-se – monarquistas. Seus adversários os chamavam de “irmãos”, mas também “monarcos”. Para eles, a monarquia era, como experiência passada, “o tempo melhor”; em termos de princípio e muito vagamente, “uma coisa do céu”, ou de modo mais preciso, a “Lei de Deus”, em contraste com a República, “lei do diabo”. (...) no “tempo do Império não havia tais violências ... As terras, cada caboclo podia então requerer para si”. Eram também, como realização da esperança milenarista, uma ordem que se imporia milagrosamente: “quando estivessem em *forma*, dando vivas, apareceria o exército encantado de São Sebastião e ... ali vinha a monarquia”. Nas manifestações coletivas das *formas* e por ocasião dos ataques ao inimigo, os *vivas* a São Sebastião, São João Maria e São José Maria eram regularmente associados aos *vivas* à monarquia. (MONTEIRO, 1974, p.109)

reza, repassar os comandos recebidos dos monges, as estratégias de batalhas e auto-organização do reduto. Cabe destacar que redutos e guardas se estenderam ao longo de todo o território berço da guerra do contestado.

O estopim da Guerra, dos conflitos armados entre os camponeses e soldados do exército, ocorreu com a batalha do Irani. E esta tem seus motivos ancorados na organização do primeiro reduto de Taquaruçu, sendo que, ao passar do tempo, com o crescimento de adeptos e crentes no acampamento e os sermões do Monge José Maria, com direcionamentos de caráter mais político e de organização social, atacando diretamente a organização da república, aflorando a consciência do povo, resulta no envio de tropas estaduais à Taquaruçu. No entanto, com o intuito de evitar confronto e morte do povo, os caboclos já haviam se dividido, direcionando-se à região de Palmas, no Paraná, hoje Irani.

Perante o conflito de demarcação das fronteiras, ardente no período, Paraná compreendeu a ação como uma invasão catarinense. Enviou assim uma frota comandada pelo Coronel João Gualberto. Contudo, estes que esperavam uma batalha ligeira e dada como vencida, depararam-se com um combate muito violento, onde morreram caboclos e militares, também o coronel João Gualberto e o Monge José Maria. José Maria, segundo o imaginário caboclo, havia *pregado* que morreria na primeira batalha, das muitas que os caboclos teriam, no entanto, afirmava que em um ano ressuscitaria, junto do exército encantado de São Sebastião Teve seu corpo enterrado, com uma tábua solta, para poder sair quando ressuscitado, com o sumiço de seu corpo, os caboclos ficaram à espera de sua ressurreição e continuaram a se organizar em seus redutos reivindicando a posse das terras contra a ofensiva da República. Como problematiza Euclides Felipe (1995), em suas narrativas, por meio da convivência com o povo caboclo, com a legitimidade ou não da afirmação, este é um dos motivos que, além de alimentar a esperança, leva o povo a novamente, um ano depois se reagrupar no reduto de Taquaruçu.

Muitos foram os combates que se seguiram após o segundo agrupamento do reduto de Taquaruçu em 1913. O primeiro, segundo Euclides Felipe (1995) e Paulo Pinheiro Machado (2004), foi o que levou o povo a se rearticular para entrar em guerra, sendo ele o ataque a Taquaruçu, matando os homens, mulheres, crianças e doentes que ainda permaneciam no reduto, pois a maioria já se dirigira para Caraguatá (trataremos deste no capítulo 2).

Desenvolveu-se então, uma luta desigual, em que de um lado se encontrava soldados armados com arma de fogo, espada, canhão, avião; e, do outro, os caboclos, homens e mulheres com armas brancas, pistolas e facão, alguns ainda de pau. Guerra do Contestado? Se não podemos dizer *Genocídio do Contestado*, pois, entende-se por *guerra* um combate militar, dado por duas nações diferentes e igualmente armadas.

O conflito interétnico se processa no curso de um movimento secular de sucessão ecológica entre a população original do território e o invasor que a fustiga a fim de implantar um novo tipo de economia e sociedade. Trata-se, por conseguinte, de uma guerra de extermínio. (RIBEIRO, 1995. p.168/169)

A Guerra do Contestado levou ao máximo a insanidade nos conflitos, manchando as terras catarinense de sangue e temor, e que hoje vive uma política de esquecimento. As chagas deixadas pela memória do sofrimento causado ao povo caboclo fez com que até mesmo seus herdeiros se calassem, para garantir proteção.

A organização cabocla propunha mudanças políticas, econômicas e sociais perante o sistema capitalista crescente. Deste modo, sua eliminação e esquecimento são estratégicos em tempos de incertezas, visto que os primeiros a escrever sobre o conflito foram os militares, carregando seus pré-conceitos e julgamentos referente à vida do povo do *sertão* catarinense. Mais recentemente é que tem se estudado a questão social desta história.

Os povos dos redutos, caboclos, brancos, negros e indígenas lutavam por seu lugar de direito, a terra que viviam, que nasceram ou que tiveram seus filhos e filhas, ou que enterraram seus familiares, a terra que permitia que eles exercessem sua fé. Com o fechar do cerco, durante as campanhas pelos militares nos redutos, estes passaram a desenvolver características diferentes das anteriormente retratadas.

Os redutos começaram a operar em organização de guerra. As *virgens* passaram a exercer um papel secundário, mas, seguiram auxiliando os líderes, os quais muitas vezes eram escolhidos por elas. Contudo, o religioso nunca deixou de estar presente nas decisões políticas da guerra, pois todas as lideranças tinham alguma ligação com os monges, seja pela indicação, afilhado, batizado. (FELIPE, 1995). Neste período ocorreram saques nas vendas e fazendas, o banditismo tomou força dentro da estrutura dos redutos, para garantir a sobrevivência das famílias.

Muitas foram às tentativas, algumas com êxito, de criminalizar a organização cabocla no período, como a *carta à nação* que surgiu apontando o sertanejo Manoel Alves de Assunção Rocha, segundo as narrativas de Euclides Felipe, um simples caboclo analfabeto⁹ que havia se proclamado imperador da Monarquia Sul Brasil:

⁹ ... estranha exprobando o Mané Rocha, simples caboclo analfabeto, que andava de pés no chão e calças arregaçadas à meia canela, ao ser-lhe lida a farsa intitulada “Carta à Nação”. O velho já reinou, - informa Manoel Matos. –“Rasguem essa porqueira. Onde já se viu tal barbaridade? - eu imperador? Essa é boa! Em que lugar esses fia-das-puta querem chegar cum nojo desses? Envolvendo meu nome? Podem saber que existe camanga grossa por trás disso tudo”! (FELIPPE, 1995, p.136)

Eu, **D. Manoel Alves de Assunção Rocha**, aclamado Imperador constitucional da **Monarquia Sul Brasileira**, em primeiro de agosto do corrente ano, com sede no reduto de Taquaruçu do Bom Sucesso, convido a nação pra lutar para o completo extermínio do decaído governo republicano, que durante 26 anos infelicita esta pobre terra, trazendo o descrédito, a bancarrota, a corrupção dos homens e, finalmente o desmembramento da pátria comum.

Comprometo-me:

1º – Em pouco tempo eliminar o último soldado republicano do território da Monarquia, que compreende as três províncias do Sul do Brasil – Rio Grande, Santa Catarina e Paraná;

2º – Para o futuro, anexar ao Império o Estado Oriental do Uruguai, antiga Província Cisplatina;

3º – Organizar um exército e armada dignos da Monarquia e reorganizar a guarda nacional;

4º – Dar ao país uma constituição completamente liberal;

5º – Reduzir os impostos de importação e exportação e bem assim estabelecer o livre câmbio dentro do território do Império;

6º – Fazer respeitar meus súditos, logo que me seja possível, em qualquer ponto do planeta;

7º – Fazer garantir a inviolabilidade do lar e do voto, tão menosprezados pelo decaído regimen;

8º – Fazer respeitar, em absoluto, a liberdade da imprensa, também menosprezada pela antiga República;

9º – Tornar inexpugnável a barra do Rio Grande e todo o litoral do país;

10º – Guarnecer a fronteira como Estado de São Paulo e fronteira argentina, logo que seja reconhecido oficialmente o novo Império e organizado o exército imperial;

11º – O Assumir, relativamente, todos os compromissos do antigo regime, que relativamente couberem ao Império Sul Brasileiro;

12º – O exército imperial será a primeira linha e a guarda nacional a segunda linha;

13º – Unificação da lei judiciária do país;

14º – Restringir a autonomia dos municípios;

15º – Emitir provisoriamente numerário nominal e em seguida a conversão metálica;

16º – A religião oficial será a católica apostólica romana;

17º – Liberdade de culto;

18º – Cogitar do desenvolvimento da lavoura sem desprezo da indústria;

19º – O imposto protecionista a indústria e lavoura do Império;

20º – Livres os portos do Império a todos estrangeiros sem cogitar-se da raça, crença etc;

21º – Serão considerados nacionais todos os estrangeiros que residirem dois anos no país;

22º – Modificar o atual sistema do júri, que não está mais compatível com o século;

23º – O ensino será obrigatório, tanto para a infância como para o exército;

24º – A criação do exército aviador que atualmente está dando resultado na guerra européia;

25º – Edificação da Corte Imperial que será no centro do território imperial;

26º – A bandeira e coroa do império Sul Brasileiro serão adotadas as antigas da decaída Monarquia Brasileira;

27º – A pena de morte em vigor, com a força;

28º – O serviço militar será obrigatório;

29º – A agricultura nacional será dado uma área de terra independente de pagamento, em terras nacionais;

30º – De 1º de setembro em diante entrará em vigor a lei marcial aos inimigos da Monarquia.

Viva a Monarquia Sul Brasileira!

Deus guarde e vele pela Monarquia!

Reduto do Taquarussú do Bom Sucesso, em 5 de agosto de 1914.

O Imperador Constitucional da Monarquia Sul Brasileira.

Ass. **D. Manoel Alves de Assunção Rocha**

Esta carta que foi divulgada pela imprensa no período, é problematizada por Euclides Felipe, (1995), através de uma das décimas que registrou junto do convívio dos caboclos, onde estes afirmavam não ter sido escrita pelo caboclo:

01

Essa escrita de peludo
Dita Carta Nação?
Não fazemo essas burrage
Muito menos Assunção,
Tar não passa de picuinha
Ou carque maquinação

02

Monarquia não entendemo,
Só as Lei de João Maria;
Nossas Lei são brasileira
Estrangeria não se cria,
Nóis aqui semo irmandade
Tudo o mais só é folia.

03

Não queremos lei nenhuma
Que se vende a estrangeiro;
Vem de fora e toma as terra
Quando nosso é o terrero;
Os curpado é os Governo
Assassinos traiçoeiro.

04

Só queremos as Lei de Deus
São só essas verdadeira;
São as Lei da natureza
Que pra nós foi as primera;
Pelas quar levamo a vida:
As da carta são besteira.

05

Só queremos é se dono
Destas terras que nascemo;
Aqui tamo em liberdade
Bem por isso nós lutemo;
Esse chão é nosso berço
Isso nunca esqueceremo.

06

A coroa que nós queremos
Na cabeça é o chapéu;
A bandera que já temo
É a luz do sór e o azur do céu
Nossas Lei é a liberdade,
Pr' apanhá não semo séu!
(FELIPE, 1995, p.137)

O povo do contestado reivindicou nesta história um olhar para sua realidade, que o historiador pudesse realizar uma leitura através da visão e condição do vencido. Há a necessidade que a história também se debruce a compreender o desenrolar negativo, cujo resultado é o aumento do abismo econômico e social entre as classes superiores e as subalternas, no desenvolvimento do sistema capitalista, e a hegemonia que este impõe perante a sociedade, desde a educação, política, cultura, na vida privada dos seres humanos.

Problematizar a participação das mulheres por meio dos registros sobre a guerra se fez necessário para compreender qual foi o espaço destinado às mulheres na história, em especial na Guerra do Contestado, em que as mulheres, além de exercer liderança religiosa, de frente de batalha, foram as que mantiveram a infraestrutura dos redutos funcionando.

Virgens, guerrilheiras, benzedeiros, curandeiras, lavadeiras, mães, avós, todas estiveram diretamente ligadas aos conflitos, sendo que, em suma maioria, estas se davam aos arredores dos redutos. Logo, as mulheres que não se encontravam nas batalhas eram as responsáveis em alimentar as tropas, cuidar das crianças e manter a esperança na luta pela terra justa.

Como veremos nos capítulos a seguir, a rememoração da participação das mulheres na guerra é distinta nos diferentes registros, mas é no imaginário do povo caboclo, diretamente ligado à realidade histórica, que se perpetua o protagonismo delas.

TRÊS OLHARES SOBRE UMA MESMA HISTÓRIA

Foram muitos os que se debruçaram a escrever sobre a Guerra do Contestado desde Douglas Teixeira Monteiro (1974), Vinhas de Queiroz (1966), Paulo Pinheiro Machado (2004), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Euclides Felipe (1995), Dermeval Peixoto (1920), Nilson Thomé (1983), e outros, ganhando distinta importância, em suma maioria, a diversidade de materiais e de produção militar, sendo estes os primeiros a escrever sobre os conflitos.

O capítulo em questão pretende, por intermédio da análise de três obras, três posicionamentos distintos, sendo duas consideradas obras fontes, primeira de cunho militar escrita por Dermeval Peixoto - *A campanha do Contestado: Episódios e Impressões*, e os escritos de Euclides Felipe - *O Último Jagunço*, retratando um olhar da guerra, partindo da memória cabocla. E por fim, a obra de Paulo Pinheiro Machado, fruto de sua tese de doutorado, o livro *Lideranças do Contestado*, que aborda a formação social que leva aos conflitos e o objetivo político da Guerra.

Com a análise das obras, propõem-se fazer um levantamento de como os diferentes autores abordaram a participação das mulheres na Guerra do Contestado. Com o intuito de transcender a parcialidade dos autores em relação a seus escritos, o objetivo é abordar como no período histórico eram construídos socialmente os espaços das mulheres, e o antagonismo do movimento diante do padrão social imposto.

A CAMPANHA DO CONTESTADO: EPISÓDIOS E IMPRESSÕES, DE DEMERVAL PEIXOTO

O livro é baseado nas narrativas registradas nos diários de militares envolvidos nas campanhas, bem como documentos datados durante e posterior a Guerra do Contestado. Em suma, o livro é uma verdadeira aclamação complacente do papel exercido pelos militares na Guerra. O autor, sem hesitação, parte de um posicionamento favorecendo os militares, aponta o povo sertanejo do contestado como atrasado e cooptável.

Indubitavelmente é uma incansável e detalhista narrativa das, pelo autor, consideradas “gloriosas” campanhas militares. Dividido em quatro capítulos, o primeiro nominado *o Teatro da Campanha e as causas da rebelião*, é o que aborda a questão da disputa de limites entre Santa Catarina e Paraná; as localidades dos conflitos e acampamentos militares, suas formações; os monges e sua influência na guerra do Contestado; e a abrangência política, econômica social surpreendedora do conflito nascente. O segundo e terceiro capítulos são

relatos pormenorizados das campanhas militares durante a guerra, finalizando com um quarto capítulo intitulado *Os últimos acontecimentos*, que relata os fins da guerra e as providências militares sobre a “*ordem*” do território, a prisão de Adeodato e radicalização de possíveis outros ajuntamentos.

O autor não se prende a fazer uma análise social do Contestado. Ele se detém aos fatos relatados pelos militares, sem maiores especulações e críticas perante as condições impostas pelos coronéis – que eram predominantemente os gestores das esferas políticas da região interiorana de Santa Catarina –, e as injustiças diante do despejo de terras relacionado à construção ferroviária.

É com menos ímpeto, ainda, que se debruça sobre a questão da organização política social na região e dos processos de ocupação do território anterior aos conflitos. Quanto à questão da disputa judiciária dos limites entre Paraná e Santa Catarina, ele compreende não ser este o motivo que levou o povo a sair em guerra. Reconhece a ineficiência de ambos os Estados em manter a *ordem* nas fronteiras e, após a proclamação da república, segue uma relação de indisciplina no território contestado por ambos os Estados não possuírem suas fronteiras demarcadas, onde leis e regras e impostos determinadas por tais, convergiam-se em um mesmo espaço. (ver mapa 2)

Ao norte, o Iguassú sinuoso e o seu principal tributário, o Negro, correntes acima até receber as águas do Preto; no ocidente, separando-o das Missões Argentinas, o Piperyguassú e o Santo Antonio com as cabeceiras defrontadas na Campina do Americo, canalizados em contravertes no rumo dos meridianos, atravessando a chamada região dos Ultimos Pinheiros; no sul, divisando-o com o Estado do Rio Grande, os remansos caudalosos do Uruguay depois da emboscadura do Peixe; finalmente, no leste, os provisórios limites entre os estados do Paraná e Santa Catharina, eis o perímetro do Contestado – o retalho cerca de 40.000 kilometros de terras que, disputado por esses dois departamentos da Federação Brasileira, tem o solo irrigado pelo sangue corrido durante mais de um lustro, numa crudelíssima peleja fratricida. (PEIXOTO, 1920, p.9)

No entanto, é este movimento de contestação das terras que dá o nome ao movimento dos caboclos, que também contestavam por suas terras, mas não com o mesmo objetivo político. Porém, a instabilidade de tal período gerou uma porção de desconforto à população que residia neste território. Como a anulação de contratos de terras, casamentos, batizados, de documentos ou processos que envolviam o judiciário.

As cidades relatadas no livro eram de importância militar, ou estavam envolvidas nos conflitos de limites que, posteriormente, serviram de acampamentos dos militares contra os

sertanejos. Ou tiveram alguma relação direta com os conflitos, relação comercial, ou de abastecimento e armas com os redutos.

A passagem dos Monges, relatada por Peixoto, apontou uma dualidade e colocou a caboclada como um bando de ignorantes, aptos a serem usados por espertos. João Maria é abordado como uma pessoa que, por mais que tenha realizado suas rezas, batizados e benzimentos, tinha conflitos com a Igreja Católica. Ele é relatado pelo autor em segundo plano, pois, havia décadas que o mesmo não apareceria mais pela região, isto não significava que o povo não o rememorasse, e cultivasse sua fé no São João Maria. Inclusive nos tempos de guerra o nome dele junto de José Maria era ovacionado, nas formas e combates.

Mas, o problema João Maria de Jesus não existia mais desde dois decênios para traz. Só restavam os seus ensinamentos religiosos e o seu nome *santo*, entre cruces, intercalado nas orações e nos *patúas* pendentos aos cólos flébeis e aos peitos varonis das gerações fanatizadas; só restavam os cruzeiros que ele collocára encimando morros nos arredores das localidades onde pregava e a *arvore santa* em Canoinhas, em cuja sombra ele fazia preces e receitava *mesinhas* para os fieis; só restavam as iniciaes do seu nome, marcheteando as symbolicas bandeirolas brancas, ainda por ultimo uzadas profundamente; as mesmas letras, em maiúsculo, gravadas às portas e às janelas das choupanas, nos pretechos, nos andôres e nas bandeiras dos divinos. Emfim, nos momentos tenebrosos dos encontros ou dos *entreveiros* encarniçados, os nomes de *São José e São João Maria* eram ainda vivados com entusiasmo ao mesmo tempo que os de São Sebastião e de Santo Antônio. (PEIXOTO, 1920, p.62)

José Maria foi cruelmente criticado pelo autor, descrito como um ser impostor e de segundas intenções:

Espertalhão de modernos tempos, José Maria não passava de um embusteiro caçador de dinheiro e também de amores. Tinha em seu convívio intimo, numa mesma barraca, a pretexto de praticar curas, as mais lindas moçoilas filhas dos seus adeptos. Para criar uma Pharmacia do Povo, elle arrecadava toas as sommas que os incautos sertanejos lhe entregavam; mas, em vez de drogas, distribuía arações e rezas therapeuticas capazes de livrar do mal quem as possuísse. E é o que ainda existe em profusão n'aquelle recanto, copiado e recopiado em baixo portuguez. (PEIXOTO, 1920, p.64)

O intuito do autor em colocar José Maria como trapaceiro era para legitimar a guerra e desconstruir a liderança dos caboclos, desde o Monge José Maria, até as *virgens*, que, somente após a morte do mesmo, passaram a exercer a função de liderança religiosa e política dos redutos. Além disso, apontavam os caboclos como ignorantes, ingênuos, supersticiosos, que na nova leitura ideológica política, caracteriza o oposto do ser humano racional, moderno.

Isso porque é a partir de José Maria que se teve os primeiros ajuntamentos de pessoas, estas provenientes das diversas regiões, movidas por diversos motivos, em busca de curas, benções e em suma maioria, por terem sido expulsas de suas terras pela construção ferroviária.

Aos quadros santos, affluiram logo as pobres e as ricas gentes que tinham mal no corpo. Ao novo acampamento do propheta chegaram supersticiosos de todas as distancias. Pelos quarteirões do Contestado a fama do novo monge ganhou vulto e cedo contava defensores de pistola á cinta. Curados ou não, todos que cercavam o novo propheta eram seus adeptos decididos. A disciplina se fez necessária entre os elementos dispaes que abarcavam em reductos: – o “poder espiritual” por si só não continha as massas e foram intuitidos o comando do acampamento, o comando da forma, o comando da reza. (PEIXOTO, 1920, p.125)

Este ajuntamento gerou desconforto político a Santa Catarina, temerosa do possível surgimento de um segundo *Canudos*. Imbuído na tarefa de acabar com um ajuntamento antes mesmo de este lhe ser problema, as autoridades, queriam pôr fim ao Monge José Maria, colocado por eles como o motivo da aglomeração, pois este “difamava” a república, assim foi lhes dado avisos, para que às autoridades se apresentasse. O monge percebeu o objetivo de matá-lo, não compareceu à intimação feita pelos militares locais e, sobre ameaças, determinou que o ajuntamento de Taquaruçu, para evitar confronto direto, deveria se dispersar e, junto de seu povo, seguiu pra Irani.

Ali assustou e enraiveceu as autoridades do Paraná, que pensaram que Santa Catarina havia mandado o ajuntamento para as terras contestadas judicialmente, para que no desembaraçar, a justiça decretasse por definitivo os limites. Uma campanha foi enviada à Irani, liderada pelo General João Gualberto, esta, encontrou ali, resistência que não imaginava. O povo caboclo, que pediu tempo pra retirada, à noite foi emboscado, sendo obrigado a entrar em conflito em defesa de José Maria e seu povo.

*Logo ao primeiro ímpeto da força os jagunços, que não possuíam grande quantidade de munição, detiveram-se algum tempo em fraca defensiva, soffrendo vivíssima fuzilaria por parte dos atacantes. De repente, investiram a facão, a foiçadas e a machadadas, em lances furiosos, vindos ao encontro corpo a corpo dos policiaes que já se abeiravam do abarrancamento, num entrevêro encarniçado. Qual uma verdadeira falange de loucos, os matutos se arrojaram sobre os soldados. Os *Pares de França* puzeram em execução, pela primeira vez, as suas diabólicas cabrioladas de esgrimistas. (PEIXOTO, 1920, p. 128-9-30)*

Neste momento que se iniciou a guerra, as batalhas que puseram fim a vida de muitos caboclos e soldados, morreu José Maria, cuja morte agradara as autoridades, pois para estas,

os caboclos se reuniam por incumbência do Monge. Eis que surge a surpresa, o povo seguiu se organizando, fortalecendo sua fé nos monges e no exército encantado de São Sebastião, assim, reagrupou-se no segundo acampamento de Taquaruçu. Com o aparecimento de Teodora, neta de Eusébio, afirmando que estava recebendo, por sonhos, orientações do Monge, a notícia se espalhou rapidamente, somando-se à ideia de ressurreição de José Maria, em pouco tempo, o reduto passou a abrigar devotos de toda a região.

E, a partir de então, um ano após a morte de José Maria, na batalha de Irani, que os episódios desumanos da guerra iniciaram. Contudo, os redutos já contavam com aglomerado maior de pessoas que se reuniram para esperar pela ressurreição do Monge, e com os posseiros expulsos de suas terras devido ao acentuado crescimento da violência sobre eles pelas milícias da construtora da estrada de ferro.

O autor procurou destacar a eficiência e organicidade das campanhas investidas contra os camponeses, ressaltando o armamento e número de soldados mobilizados. Desde o primeiro ataque ao acampamento de Taquaruçu, que matou mulheres, doentes e crianças, uma verdadeira chacina (reconhecida pelo autor), destacou-se a atividade dos soldados, armas implementadas, a organização das tropas e a frieza dos ataques. Este conflito, denotado sua crueldade, foi que lançou os caboclos a se organizarem para a peleia, que até então estavam a recuar, foi devido ao tamanho desprezo das autoridades que os caboclos se arrancaram para uma guerra, em que aflorar-se-ia a crueldade e insanidade de ambos os lados combatentes.

A vanguarda, no ataque de Taquarussú, estava confiada á 3.^a *columna* que tinha a *testa* formada com a companhia do 6.^o regimento. Adiante dirigindo a *ponta*, marchava o capitão Rosa e como *extrema ponta*, caminhavam mais á frente cinco destemidos combatentes. Como *grosso*, a 1.^a *columna* marchava no centro com a artilharia e as secções de metralhadoras. O 54.^o de caçadores estava encarregado do serviço de *ligação* e do difficultoso flanqueamento. Á retaguarda o *comboio* protegido pela 2.^a *columna* e, como remate, formado a *cauda* da alongadissima formação, o serviço medico acompanhava o estirão belicoso de quasi três kilometros de comprimento. (PEIXOTO, 1920, p.155)

O livro apresentou, detalhadamente, os planos feitos pelas campanhas colocadas em ação no período da guerra, o armamento empregado, e a grande movimentação de soldados que foi preciso para pôr fim aos rebeldes. Tecnologias de ponta, do ramo de armamento bélico, foram implementadas nos conflitos, algumas pela primeira vez, fazendo dos campos de batalha um verdadeiro experimento do potencial de matar de tais, exemplo, as aeronaves que pela primeira vez foram usadas em batalhas no Brasil, cujo fim desastroso foi um

encontro direto com as árvores. Contudo, problematizou as ações em defesa e amor à pátria que os militares dispuseram para sair em luta.

O escritor colocou como crueldade dos caboclos, as tantas campanhas perdidas pelas forças militares. Sendo que, como os combates se davam aos arredores dos redutos, estes se localizavam geograficamente no meio das florestas, terreno desconhecido para as forças militares e, após o primeiro conflito ocorrido em Taquaruçu, os caboclos passaram a organizar recepções para as tropas, obrigando que as batalhas se dessem no meio das florestas, onde o terreno era conhecido somente por eles, como podemos ver no relato feito sobre o conflito contra o reduto de Santo Antônio.

...Era meio dia quando, de repente, sobre os vencedores, começou a cair tremenda chuva de balas. De todas os lados convergiam para os núcleos do “bivaque” os projectis dos jagunços. Rapido, num corre-corre de surpresa, a tropa correspondeu vivamente ao tiroteio infrene. Os matutos tinham-se aproximado subtilmente; tomando posições escolhidas e trepando nas grimpas das arvores, descarregaram, desabridamente, suas armas, caçando em certas pontarias os officiaes e os sargentos que divulgaram em pleno descampado. (PEIXOTO, 1920, p.209-10)

A participação das mulheres é relatada de forma secundária na obra escrita por Dermeval Peixoto. Em momentos pontuais, como ao realizar uma crítica em relação à inserção precocemente das meninas na maternidade, sem uma programação financeira adequada que, segundo o autor, culminava com as famílias populosas e de baixa condição de vida nos interiores de Santa Catarina, as quais, posteriormente, contribuíram para o aumento da concentração de pessoas nos redutos. E, indiretamente, atribuiu às mulheres a qualidade de gerar tumulto e fofocas em uma comparação que tece em relação aos jagunços, utilizando da mulher como exemplo, sendo isto uma determinação socialmente construída, não particular ao autor, mas reproduzida por ele.

Campanha do Contestado foi a denominação que ficou consagrada a esse triste episódio da história nacional – o embate irregular e duradoiro das tropas militares contra as surpresas dos ardis e das emboscadas dos matutos, quando modernos engenhos de guerra adquiridos para a defesa da Patria foram arremessados contra infelizes compatriotas; o quadro innarravel do exército avançar contrafeito, sem ardor, sem a convicção da defesa das Patria que empolga e arrasta aos lances temerosos, lutando constrangido, “não tendo (palavras officiaes) como numa guerra externa, o patriotismo a lhe exaltar o animo, não se tratando de um inimigo externo a repelir, não sentindo o entusiasmo nem os applausos da nação aos seus feitos, tendo que bater com patricios transviados do dever, tendo como incentivo apenas o cumprimento desse dever, compreendendo a necessidade do sacrificio pelo amor á Republica”, avançando contra campônios irmãos que estavam dispostos a lutar até quedarem na brutalidade de uma coragem admirável. (PEIXOTO, 1920, p. 47-8)

O fato de o autor incansavelmente destacar em sua obra os pontos negativos dos redutos, estereotipar os/as caboclos/as, destacando as dificuldades estruturais de alimentação na organização do povo na guerra, teve o intuito de desconstruir a organização popular desenvolvida na Guerra do Contestado.

Perante a organização do povo caboclo, já em tempo de guerra, o autor destacou a participação das mulheres em alguns momentos. A começar pela organização das virgens, sendo estas postas como marionetes de seus patriarcas para se manter no poder, exemplo, de Euzébio (avô) e Teodora (*virgem que recebia mensagens do João Maria por meio de sonhos*), postas como frágeis moçoilas, muitas vezes descritas como crianças, sem nenhuma participação de cunho político que se destacasse.

A *virgem*, a diretora moral dos fanáticos, a moçoila que permanecia oculta na escuridão de um pequeno quarto e só se apresentava para, mancomunada com os espertos exploradores dos infelizes, transmitir as ordens que dizia receber diretamente de José Maria durante seus períodos de vidência, aquela rapariga vidente estava em Santa Maria. Servindo ao talante dos chefes, a tal *virgem* era considerada uma santa que tudo sabia porque lh'a inspirava o Monge que depois de morto só a ella aparecia para transmissão dos vaticínios. Habilmente escolhida, a menina Maria Rosa, com quinze annos talvez, sem saber ler nem escrever, possuindo vivacidade extraordinária, praticava o embuste convencidamente. Industriada por Elias de Moraes, seu pai, a rapariga, pallida, rachitica, de olhos pardos pequeninos, percorria os reductos, cavalgando escolhido corsél aperado de arreamento com encrustações de prata; sentada em macio silhão forrado de velludo com franjas berrantes e fitas pendentes, a *virgem* tinha fôros de rainha – era acompanhada peça escolta diabólica dos *Pares de França*. E, pavoneando-se convencidamente, soltos os cabellos castanhos bem tratados, dizendo-se representante da vontade do Monge de quem ella conhecia os santos desejos, designava os chefes dos reductos, destituía-os dos commandos, sentenciava pennas simples e crueis e escolhia os meninos capazes de entrar nas *fôrmas* para *briga*. A *virgem* era religiosamente acatada. (PEIXOTO, 1920, p. 85-6)

Aponta Maria Rosa como uma jovem fria e moralista que tinha tamanho poder de coerção que os caboclos matavam em sua defesa.

Encoberto nas brenhas espessas das florestas cerradas de *xaxins* e de taquaraes, na Serra do Caçador, estava montado o acampamento geral dos rebeldes do Contestado: – o reducto de Santa Maria. Dali emanavam as ordens geraes, como também era o refugio recomendado no supremo perigo. A *virgem*, a diretora moral dos fanáticos, a moçoila que permanecia oculta na escuridão de um pequeno quarto e só se apresentava para, mancomunada com os espertos exploradores dos infelizes, transmitir as ordens que dizia receber diretamente de José Maria durante seus períodos de vidência, aquela rapariga vidente estava em Santa Maria. Servindo ao talante dos chefes, a tal *virgem* era considerada uma santa que tudo sabia porque lh'a inspirava o Monge que depois de morto só a ella aparecia para transmissão dos

vaticínios. Habilmente escolhida, a menina Maria Rosa, com quinze annos talvez, sem saber ler nem escrever, possuindo vivacidade extraordinária, praticava o embuste convencidamente. Industriada por Elias de Moraes, seu pai, a rapariga, pallida, rachitica, de olhos pardos pequeninos, percorria os reductos, cavalgando escolhido corsél aperado de arriamento com encrustações de prata; sentada em macio silhão forrado de velludo com franjas berrantes e fitas pendentes, a *virgem* tinha fôros de rainha – era acompanhada peça escolta diabólica dos *Pares de França*. E, pavoneando-se convencidamente, soltos os cabellos castanhos bem tratados, dizendo-se representante da vontade do Monge de quem ella conhecia os santos desejos, designava os chefes dos reductos, destituía-os dos commandos, sentenciava pennas simples e crueis e escolhia os meninos capazes de entrar nas *fôrmas* para *briga*. A virgem era religiosamente acatada. (PEIXTO, 1920, p.85-6)

O fato de o autor incansavelmente enfatizar em sua obra os pontos negativos dos reductos, estereotipar os/as caboclos/as, destacando as dificuldades estruturais de alimentação na organização do povo na guerra, teve o intuito de desconstruir a organização popular desenvolvida na Guerra do Contestado.

Mesmo que as mulheres tenham realizado papel especialmente religioso e de organização estrutural das cidades santas, não se reduz meramente a isto, como o autor retratou, pouco se propôs a entender e a observar a importância política das tarefas femininas, por mais metódicas que possam ter sido.

LIDERANÇAS DO CONTESTADO DE PAULO PINHEIRO MACHADO

Paulo Pinheiro Machado, escritor do livro *Lideranças do Contestado*, faz uma genuína leitura da formação social anterior ao conflito do contestado, levantando os problemas estruturais que levaram o povo a se aglomerar e a guerrear por seu pedaço de chão e seu direito de fazer oração. Um olhar para a formação social e geopolítica da região, partindo da realidade social do povo que depois é que caracteriza e vive o conflito. Ainda não aponta o movimento tão somete como um levante dos de baixo, mas problematiza sua posição política, construção de símbolos, identidade e de projeto perante a sociedade:

Não pretendo aplicar o conceito de “pré-político” ao movimento sertanejo do Contestado. Sob diversos aspectos que veremos adiante, trata-se claramente de um movimento político. Porém é útil reconhecer que os pelados desenvolveram uma linguagem própria, entendida aqui como um conjunto de símbolos e representações que possuíam um significado muito peculiar. A linguagem sertaneja não se limitava à expressão rebelde “guerra santa”, mas estava presente nos símbolos externos (bandeiras, corte de cabelo rente, fitas nos chapéus), nas práticas de combate (com a valorização do *entrevero*), nas *formas* e nos meios de vida dos “quadros santos”. (MACHADO, 2004. p32)

Parte de um histórico do processo de povoamento da região que é palco da Guerra do Contestado, desde a distribuição de terras por sesmarias no primeiro ciclo de ocupação que inicia com a colônia até fins do século XVII, e os conflitos sociais enfrentados no período, como o extermínio indígena e a posição desumana que os *colonos* davam aos indígenas, que por eles eram comparados a bichos.

Normalmente a população “branca” procedia a eliminação dos bugres da região recém-ocupadas como forma preventiva de “limpeza de terreno”. Além da óbvia disputa por espaço, a população colonizadora não reconhecia os indígenas como gente. Cipriano, um antigo morador do vale do Timbó, um afluente à margem esquerda do vale do rio Iguaçu, afirma que, quando seu pai chegou à região, “não havia nada, não morava ninguém, só tinha mato, onça e bugre”. Esta prática genocida dos pioneiros foi mantida pela população posterior, que continuou resolvendo muitos de seus problemas de terras por meio da violência física. (MACHADO, 2004, p. 58)

Abordou a povoação de segundo ciclo (século XVIII e XIX), a partir dos caminhos das tropas, que se deu de forma independente, onde a pessoas, em suma maioria providas do Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, passaram a se apossar de hectares de terras para fundar suas fazendas de criação de gado, cuja implementação surgia com o objetivo de auxiliar com poso para os tropeiros e alimento para os animais, no período de traslado das tropas de gado e mula, rumo a Sorocaba e São Paulo. Assim, a região também é sede de uma extensão da pecuária paranaense e gaúcha e, como consequência, ao longo dos três estados tinha uma rede de parentela extensa.

Mencionou o poder político exercido pelos coronéis na região, a qual era governada pela tirania dos mesmos. Sendo do coronel mais influente, aquele que conseguisse reunir maior contingente de homens e armas, o cargo de prefeito. E eles tinham influência em toda a organização política e judiciária do período, tornando impossível implementar uma vida justa para os posseiros, sitiantes e caboclos.

Quanto aos conflitos por determinação dos limites entre Paraná e Santa Catarina, o autor adentra nas especificações dos objetivos econômicos pelos quais os estados peleavam, destacando a riqueza de erva-mate, e mata nativa presente no território, bem como as políticas de terras e a quem beneficiavam.

Analisou os danos causados à população pelas empresas *Brazil Railway* e a *Lumber and Colonization*, apontando suas raízes políticas e quais os objetivos econômicos com a região. Além disso, os benefícios dados a elas pela nação, imbuindo-se das novas políticas de terras implementadas a partir da lei de terras de 1850, que, em suma, legalizou a propriedade

privada, avançando nos processos de implementação do título de terras, fator que contribuiu para a grilagem de terra que já ocorria por coronéis espertos.

Sem dúvida, forjou-se a consciência, que se revelou mais claramente durante a guerra, de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras, como no bilhete que foi achado junto a um “fanático” morto em combate pode exemplificar essa consciência: “Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropd”. Porém esta visão nacionalista não revelou a xenofobia, vários imigrantes e descendentes de imigrantes integraram os redutos rebeldes. Em meio a comunidade imigrante havia os que mantinham distância dos caboclos, por considerá-los bárbaros, atrasados e preguiçosos. (MACHADO, 2004, p.152)

Pinheiro Machado enfatizou o crescente e surpreendente avanço político do movimento dos caboclos. Descreveu a atuação de João Maria e seu legado referente à religiosidade dos caboclos, destacou a peculiaridade deste bem, como José Maria ter tomado força perante o povo, pois os monges se colocavam ao meio do povo, compreendendo a realidade dos trabalhadores/as marginalizados. Faziam rezas, bençãos, respeitavam a natureza e tinham profundo conhecimento das ervas medicinais e, com elas, receitavam chás que curavam as doenças dos enfermos, pregavam pelo cuidado das fontes de águas.

João Maria não gostava de ajuntamento e pessoas ao seu redor, pois não era contra a monarquia, e José Maria apontava veementemente os perigos que se avizinhavam com a implementação da república, como a estrada de ferro, a expropriação dos pequenos posseiros e sitiantes, a tirania dos coronéis e a crescente ofensiva que se daria a organização *diferente* dos caboclos. E este foi um dos motivos que, após ameaças, José Maria ordenou o desmonte da cidade santa de Taquaruçu, pois não queria desgraçar o seu povo com um confronto contra as autoridades, quando era a ele que queriam.

Assim, seguiu para os campos de Palmas, junto de outros caboclos que o seguiram, e lá se dá a primeira batalha que assola, posteriormente, num verdadeiro genocídio, que foi a Guerra do Contestado. Com a morte de José Maria nesta investida, havia um segundo aglomeramento nos campos de Taquaruçu, um ano depois, com a virgem Teodora, a qual alegava receber visitas do Monge em sonhos e foi, a partir deste momento, que se iniciou o legado deixado pelas virgens e meninos-deus. Sendo que estas não eram referentes à condição social e sexual, mas sim à pureza de espírito.

As mulheres, bem como as meninas virgens, foram abordadas com seu papel de destaque dentro do processo dos conflitos, pelo autor, mesmo que ele não tenha se debruçado a realizar uma análise aprofundada de suas atuações, até por que não seria este o objetivo de

seus escritos. Contudo, destacou a efervescência da atuação das meninas que se dispuseram, além de tomar um papel espiritual dentro dos conflitos do contestado, a exercer um papel político de frente de batalha, de animação e articulação do povo para a guerra, das estratégias de defesa e de retirada, como se destaca Maria Rosa.

O autor ainda se propôs a uma breve passagem sobre este legado, destacando os principais posicionamentos referentes aos líderes espirituais e a capacidade de cada um/a de realizar uma leitura da realidade, por meio de intervenções do além, vindas pelos sonhos. Quando estas/es passavam a tomar decisões duvidosas, ou que não vinham ao encontro do comando da organização, eram destituídos sob alegação de ter perdido o aço, como foi o caso do menino deus Manoel, que dizia ter recebido por meio de sonho, a ordem de se deitar com duas virgens, e só assim José Maria ressuscitaria, bem como o caso de Maria Rosa, constava que esta, após ter visão desastrosa em relação ao fim da guerra e de sua utopia de monarquia cabocla, havia se assustado e perdido o aço. Contudo, Paulo Pinheiro destacou a importante posição que as mulheres-*virgens* tomavam perante os conflitos. Para além do cuidado da casa, dos doentes e dos feridos.

Paulo Pinheiro Machado abordou em sua obra o desenvolvimento social desigual que levou o povo a sair em guerra e, também, a desumana e injustificável atuação das forças militares contra a caboclada que, em uma guerra desigual e desparelha, é assassinada.

O ÚLTIMO JAGUNÇO: FOLCLORE NA HISTÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO

Este livro, escrito pelo autor Euclides J. Felipe, autodidata, é baseado em narrativas feitas pelos caboclos ao autor, as quais foram escritas em inúmeras cadernetas e, após, viraram este documento. Ao longo de todo seu trabalho, apresentou versos transcritos por ele, das entrevistas feitas aos caboclos remanescentes do contestado, sobre os conflitos, as cidades santas, até o posicionamento do povo vencido em relação à brutalidade do que foi a Guerra do Contestado.

Quem somos nós?

Semo puros brasileiro
Português com africano,
Nosso sangue tem mistura
De alemão com intaliano,
Mais de bugre e polonês
Bandeirante e Paulista

Nosso tino de guerrero
É gaúcho e casteiano,

A esperteza e a finura
 Vem da praia, o barrigano;
 O pionero, lá do norte
 Paraná – curitibano

Cardeamo nossa raça
 A chamada de serrano
 Que um dia se espaiará
 No continente americano,
 Quem dura, há de conta
 Bem daqui em pocos ano!
 (FELIPPE, 1995, p.13)

Abordou a vida e passagem dos monges, destacando três deles, sendo João Maria, João Maria de Jesus e José Maria, as peculiaridades de cada um e os embates tidos por eles em relação ao governo. Ressaltou a influência milagrosa destes no imaginário dos caboclos do contestado e a perpetuação de suas ações referentes à santificação de espaços e córregos d'águas e às aparições de monges falsos trambiqueiros ao longo dos territórios.

Revelou o avanço da consciência política do povo dos redutos e a contradição com outras fontes redigidas sobre o conflito. Fez críticas diretas às publicações preconceituosas e que buscavam a criminalização do movimento, como é o caso da *Carta à nação*, abordada no capítulo anterior.

O livro, como relatou a memória dos sertanejos em relação à Guerra do Contestado, apresentou um destaque muito maior quanto à participação da mulher. Desde o respeito relacionado às virgens; o sentimento de gratidão pela atuação de Chica Pelega no comando da defesa de seu povo; e a voz de comando das mulheres que se encontravam junto de seus companheiros nas chefias das Cidades Santas.

Chica Pelega - Francisca Roberta exerceu um papel de comando peculiar perante as outras jovens consideradas virgens na historiografia. Esta conheceu e atuou ao lado de José Maria, não recebia instruções psíquicas dos monges, mas era ovacionada pelos sertanejos, por ser considerada a herdeira direta do conhecimento das ervas medicinais, bem como fruto de um milagre feito por João Maria, através das cinzas deixadas por sua fogueira. Por vários momentos, assumiu o comando de frente do povo:

... Chica Pelega montada em seu feroso gnete baio, tomou a si o encargo de ir ordenando os retirantes rumo ao Rio do Paixe. – Separava-os em pequenos grupos em largas frentes pelas matas, de sorte que pudessem ir fuçando aqui e ali, e encontrar alguns frutos silvestres, brotos, raízes com que abradar a fome, - minhocas e corós – estes com que alimentavam as crianças à medida que ainda não tinham consciência de repugnância. (FELIPPE, 1995, p.106)

Liderou um contingente de pessoas que haviam sido desterradas pela construção ferroviária até o Reduto de Taquaruçu, seguiu com grande importância política durante o primeiro acampamento em Taquaruçu e morreu defendendo mulheres, crianças e doentes, no ataque feito pelas forças militares no segundo. É lembrada por sua tamanha bravura e beleza.

As jovens virgens que apareceram a partir do segundo ajuntamento em Taquaruçu exerciam papel de comando, mesmo que, suas visões eram antes passadas por um conselho do reduto, com exceção de Maria Rosa, que tinha voz de comando e falava direto às formas. Conforme as memórias caboclas, Maria cresceu na peleia, menina linda, muito astuta, avaliada como de bom aço, guiou o seu povo em retiradas e combates, colocando-os sempre um passo à frente do exército nacional, ela valorizava a atividade das mulheres e sua atuação na guerra. Perdera o aço ao ver o rumo que o reduto tomara com ascensão dos jagunços, depois de ter tido uma visão assustadora sobre o fim da guerra.

Nova residência Maria Rosa iniciou brilhando como uma estrela de primeira grandeza. Tomou tal ascendência entre os participantes do movimento, que em breve se posicionou no vértice do comando. Ninguém se movia, nada mais se fazia sem consulta-la e receber seus pareceres, que dizia procedentes de José Maria, seu mentor invisível. (FELIPPE, 1995, p.146)

Os relatos dos caboclos sobre a guerra do contestado não distinguem as mulheres do povo, do todo da organização dos redutos, estando muito mais vivida e aclamada a participação das mulheres nas memórias do seu povo, do que das narrativas feitas por pessoas que analisaram o conflito.

Entretanto, a leitura das três obras nos permite perceber a imparcialidade do processo de registro histórico. O fato de ter nas distintas obras abordagens desiguais referentes ao papel da mulher não significa que as mesmas não tenham participado de forma assídua das lutas na guerra do contestado. Este escaneamento do papel da mulher, por vezes esquecido entre meio a atuação dos homens, é o que proponho problematizar no próximo capítulo.

AS MULHERES DO CONTESTADO E SUA ATUAÇÃO COMO ENFRENTAMENTO CONTRA A HEGEMONIA

A guerra do contestado foi protagonizada pelos camponeses e camponesas de Santa Catarina contra as forças militares da região e país. Contudo, vale especificar o papel das mulheres que eram marginalizadas nos registros históricos e que, em especial na Guerra do Contestado, exerceram papéis valorosos de articulação, esperança e de frente de batalha.

Conforme Ana Maria Colling afirmou, a história é feita por homens e mulheres, e de suas relações no dia a dia, no entanto, é o esquecimento e marginalização do papel da mulher na história que leva o esquecimento de momentos de protagonismo das mesmas. As mulheres do contestado quebraram com uma estrutura hegemônica pré-estabelecida por nossa sociedade patriarcal machista que determina para as mulheres o espaço privado.

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, hierarquizando a diferença, transformando-a em desigualdade. Aos homens o espaço público, político, onde se centraliza o poder; à mulher o privado e seu coração, o santuário do lar. Apresenta-se ao feminino uma única alternativa - a maternidade e o casamento. Poderíamos arrolar infindáveis citações que conclamam as mulheres a não se misturarem com os homens, a permanecerem puras e castas, permanecendo em sua função caseira e materna. As transgressoras dessas normas tornam-se homens, traíndo a natureza. Esses limites da feminilidade foram determinados pelos homens. (COLLINH, s/d, p.1)

No entanto, além da relação de protagonismo das mulheres – tanto nos âmbitos religiosos, políticos e de comando nas batalhas – na rememoração do imaginário dos caboclos da região contestada, elas não são silenciadas ou marginalizadas, pelo contrário, são aclamadas e veneradas como santas ou guerreiras. Muitas das denominações dadas a elas valorizaram a participação que tiveram neste genocídio que marcou a história dos povos subalternos da região.

Quando não eram elas que se encorajavam a empunhar os facões, eram elas que se colocam a frente das famílias, alimentando a coragem e esperança dos homens para seguir na peleja, tendo no reduto a tarefa de manter a alimentação, o cuidado com os doentes e crianças. (MACHADO, 2004)

VIRGENS E GUERREIRAS

Algumas mulheres ganharam destaque na historiografia sobre a Guerra do Contestado, como as jovens Chica Pelega, Teodora, Maria Rosa, Rosa Maria, Querubina, Nega Jacinta,

poucas das muitas que deram suas vidas neste conflito, pelo direito à terra e à justiça. Muitas vezes, lutando contra o limite da ausência de registros fotográficos e bibliográficos sobre, eternizados tão somente na memória do imaginário do povo sertanejo do contestado.

Chica Pelega foi a primeira jovem mulher a se destacar em tarefa política frente ao povo do contestado. Esta foi, por seus pais, considerada como um dos milagres realizados por João Maria. Com dificuldade de engravidar Chiquinha, sua mãe, pegou as cinzas da fogueira, deixadas pelo monge no espaço onde passou a noite, fez troixinhas e pendurou no pescoço, posterior a isso, conseguiu engravidar da jovem Francisca Roberta (nome de guerra *Chica Pelega*), que, por desenvolver afinidade com o uso das ervas medicinais e cuidado com os doentes, foi considerada pelos caboclos como a herdeira da sabedoria do Monge João Maria.

Segundo Euclides J. Felipe, a jovem foi forjada em uma realidade de guerra e, por isso, doou-se integralmente na luta pela *monarquia cabocla*. Foi com a morte de seu pai, tio e futuro noivo, pela segurança particular da Lumber no processo de despejo das famílias posseiras dos territórios destinados à construtora da estrada de ferro, que a jovem Francisca Roberta assumiu seu primeiro comando, ficando à frente das famílias despejadas até o reduto de Taquaruçu, em busca da terra mais justa que tanto ouviam falar.

Sem mais lágrimas para verter, amparando-se mutuamente, seguiram adiante apenas com a roupa do corpo, para um destino incerto. E assim perambularam por semanas e meses, nutrindo-se do que havia, já agora na companhia de tantos outros escorraçados. Francisca Roberta, por aceitação tácita, liderava essa confraria de errantes. Uma Liderança sequer pleiteada, acontecida ao natural. Ao grupo de estropiados somava-se sempre um novo membro, ali e acolá, e um desses novos aderentes falou-lhes na ressurreição do Monge o qual, naquele momento, estaria partindo de Campos Novos, para a festa do Senhor Bom Jesus de Taquaruçu, nos limites de Curitibanos. Então Francisca Roberta e o seu grupo errante para Taquaruçu rumaram os passos. (VASCONCELLOS, 2008, p.77. APUD, SAVOLDI, GEROLDI. 2010, p.48).

Posterior a sua chegada ao reduto de Taquaruçu, logo se inseriu, ajudando o Monge José Maria no cuidado com os doentes. Comandou um grupo dos sertanejos que ficou em Taquaruçu no momento em que José Maria determinou fazer a evacuação da população da cidade santa devido ao avanço das tropas catarinenses, com o intuito de evitar confronto direto com seu povo. Segundo Euclides Felipe (1995), ela dividiu os remanescentes em grupos pela floresta adentro, possibilitando maior condição de encontrar comida, frutos e raízes.

Com o reagrupamento do reduto, um ano após a morte do Monge José Maria, em torno da Virgem Teodora em Taquaruçu, Chica coordenou o povo que havia ficado pelas florestas e campos desde o fim do primeiro acampamento até o reduto e, quando lá chegou, foi recebida com festa e direcionada a um espaço de comando, ficando abaixo somente, da

virgem Teodora, que era ancorada pelos avós Eusébio Ferreira dos Santos e Querubina, na direção do Reduto.

E foi ela quem se responsabilizou por ficar assegurando as mulheres, crianças e doentes, quanto o reduto foi encaminhado para Caraguatá. No dia da expedição do primeiro ataque a Taquaruçu, o reduto não ofereceu maiores resistência, isto por ter somente mulheres, crianças e doentes. É assim, que se tem um dos piores cenários da desumanidade da guerra:

Examinou-se então os pontos do ataque. Quadro horrendo encontraram os officiaes que fizeram a exploração no aldeamento canhoneado. O capitão Rosa e o aspirante Isaltino, acompanhados de quinze soldados, foram conhecer dos estragos da arma poderosa, do effeito das peças de montanha que pela primeira vez entravam em acção em terras brasileiras. Era indescrível o que se lhes offereceu aos olhos. Cadáveres de homens, corpos de mulheres e de crianças despedaçados estavam espalhados por toda a parte. Era o horror! Era a tremenda obra de cento e cinquenta granadas fulminantes que durante três e meia horas caíram sobre o aldeamento... (PEIXOTO, 1920, p.158-9)

Chica Pelega foi morta na defesa de seu povo. Segundo Euclides Felipe, apresenta em suas narrativas, foi morta por um estilhaço no meio do ataque, quando a igreja, onde se concentrava as crianças, doentes e mulheres, desabou. A partir deste fatídico momento, despertou-se a ira de um povo que somente a terra queria. Ao depararem-se com tamanha crueldade e injustiça, os caboclos do contestado se articularam de fato para lutar.

E foi como formosa e alegre guerreira que eternizaram a memória de Chica Pelega:

Lá estava Fancisca Roberta
Moça esperta, linda e facera,
Correndo ligera no meio da estrada
Brandindo uma espada, em punho na mão.

Ali vinha ela arçando a bandeira
Da cor brasileira, verde e branca,
Risonha e franca, muié corajosa
Frautendo formosa, uma linda canção.

A Chica Pelega trinava e sorria
A tudo atendia com grande alegria
Como lebre corria, ligera e disposta
Dando em resposta seu grito de guerra.

Tecendo pra cá, traçando pra lá
Sem se cansá, com grande corage...
Era a image de rija guerrera
Com fé verdadeira em defesa à sua Terra! (FELIPPE, 1995, p.138)

A jovem **Teodora**, a primeira virgem do Contestado, que alegava receber orientações do Monge em seus sonhos, exerceu um papel fundamental na formação do segundo reduto de Taquaruçu, alimentando a esperança daquele povo tão sofrido. Por mais que, posterior à

Guerra, ela tenha, em entrevista a Vinhas de Queiroz, afirmado que as visões não passavam de invenções de seu avô Eusébio Ferreira dos Santos, bem como Aline Eloíse Trento, Vanessa Maria Ludka e Nilson Cesar Fraga abordaram no artigo: “*Guerreiras imortais do contestado, as que tudo viam e faziam durante a guerra de extermínio*”.

A virgem **Maria Rosa**, na memória do povo caboclo, é aclamada como *santa* do Contestado, como descreve Euclides Felipe, apontada pelos caboclos como uma jovem bonita, simpática e inteligente, segundo ele, no momento de variação se transformava, tomando um posicionamento mais adulto, de conhecimento muito aquém do seu tempo. Trabalhava junto de sua prima Antoninha, não era virgem por não possuir sensibilidade (aço, segundo os caboclos), mas era ela quem dava apoio a Maria Rosa.

Exerceu sobre o Reduto de Caraguatá total comando, era ela quem coordenava as formas, e uma de suas primeiras providências foi ordenar treinamentos militares aos caboclos junto dos *Doze Pares de França*, desenvolveu uma organização coletiva no reduto, para garantir a sobrevivência e a harmonia.

As fogueiras varavam acesas à noite toda nos acampamentos. Os jovens se encarregavam de apanhar lenha ou capões das proximidades. Enquanto isso comiam e bebiam do que iam trazendo de casa. Saíam a caça, jogavam “paleta”, faziam corridas a pé. Tocavam sanfona e se divertiam. Jogos de azar, bebidas, danças, namoros ostensivos, eram proibidos. (FELIPPE, 1995, p.146)

Foi ela quem comandou, com muito ímpeto, a retirada do povo do reduto nas vésperas de um ataque, salvando-os da morte certa, sendo esta prevista por ela. E, por isso, eternizada pela capacidade de leitura das mensagens vindas do Monge e vinculá-las à realidade com êxito.

Em Bom Sossego, Maria Rosa manteve certa autoridade mais logo perdeu o “aço” e como Teodora ficou em segundo plano. Foram levantados diversos motivos para a queda de Maria Rosa. Um dos motivos seria Maria Rosa ter começado a perder o controle da situação, pois nesse período (de fevereiro a agosto de 1914) o movimento enveredou para o “banditismo”. Momento em que diversos ataques foram efetuados pelos caboclos. Os principais alvos foram às estações da estrada de ferro, as serrarias da Lumber e algumas vilas dominadas por coronéis. (SILVA, 2010, p.59)

Como Euclides afirma, Maria Rosa teria perdido o aço em uma visão do desfecho ruim que a guerra santa haveria de tomar. No entanto, também é com a compreensão de que o projeto da cidade santa, que a jovem sonhava, passara a ter intervenções duvidosas pelo julgo dela, após o desfecho tido em Taquaruçu e, com a vinda de Eusébio, que era a principal liderança do reduto, surge a intenção de trocar a liderança, sendo que esta era exercida direta e unicamente pela virgem. Assim, com o afoito desejo de se lançar em guerra, por resposta ao

ocorrido, Eusébio e Querubina convidaram o Major Elias Antonio de Moraes para aderir ao movimento, já assumindo papel de comando, e assim se procedeu, Maria Rosa cedeu o comando do reduto para o major. E seguiu com suas tarefas no cuidado com as ervas medicinais, doentes e crianças.

O major Elias tendo sido proclamado Comandante da Forma, de imediato nomeou o Baiano como Comandante Militar. Este, logo destituiu os antigos e escolheu os novos Doze Pares de França para a formação de seu Estado Maior e Oficialidade, por seu arrojo e espírito de belicosidade tratou também de selecionar entre os mais astutos um grupo de espiões, os quais foram distribuídos pelos arredores, estes por sua vez com poderes de arregimentar entre os moradores circunvizinhos, outros espias para reforçar o bando. (FELIPPE, 1995, p.149)

Querubina, bem com muitas outras mulheres durante a guerra, exerceu papel de comando junto de seu companheiro Eusébio Ferreira dos Santos, sendo que foi quem alimentou, e por vezes manteve o companheiro e o reduto organizado. Garantiu o auxílio para seus netos Teodora e Joaquim, e seu filho Manoel, que exerciam papéis de virgem e meninos deus.

A benzedeira, curandeira e parteira **Nega Jacinta**, sua história é uma verdadeira briga contra a ausência de registros históricos, no entanto, no imaginário caboclo foi santificada pelos caboclos.

Nhá Emídia ou Nega Emídia era uma cabocla que vivia em Três Barras na época do Contestado. Fazia benzimentos e rezas para os sertanejos. Os antigos diziam que ela tinha o poder de cura. A fama não se apagou com o tempo e acabou transformando-a em "santa", mesmo sem ser canonizada. Até hoje ela é reverenciada por muitos católicos de Três Barras que garantem terem sido agraciados por seus milagres. (PADILHA, s/p, 2002 Apud. SILVA, 2010, Pg, 287).

Com a decadência de **Maria Rosa**, surge no reduto de Tomazinho, a “virgem” Rosa Maria dos anjos, pois afirmava poder falar com os anjos. Com exceção de Maria Rosa, foi considerada pelo povo caboclo a com melhor aço. Esta era casada e mãe de dois filhos, nenhum comando de briga saía sem ouvir seu comando. (FELIPPE, 1995, p. 183)

Contudo, são muitas as Robertas, Rosas, Marias, Jacintas que perderam suas vidas na guerra, cujos sangues ainda mancham as terras e a memória de terror eternizada na região. Foram muitas as participações das mulheres na guerra, pois, como podemos perceber, quando os homens entraram em guerra, as mulheres também. E não foi na sombra dos companheiros, mas na infraestrutura que tiveram que manter sozinhas na ausência deles.

E, em especial na Guerra do Contestado, que é movida pela fé, as mulheres ficavam em casa rezando por São João e José Maria e o exército encantado de São Sebastião, pela proteção e força de seus maridos, filhos e filhas que seguiam em frente de batalha,

alimentavam a esperança do povo. Pois, em meio a tamanha conjuntura, onde pouco resta de opção, rezar era o que mais confortava.

Poucos foram os conflitos que não aconteceram nos arredores dos redutos, logo, o conjunto todo da população que vivia nos redutos estava direta e indiretamente ligado nos confrontos. Sendo que, no todo da Guerra e do objetivo dela, não podemos dividir o político do religioso;

Cabe neste momento uma observação importante. Na experiência do movimento social do Contestado, não há como separar com uma linha nítida as lideranças em “religiosas” e “não religiosas”. Todos os “comandantes de briga”, até o final do conflito, sempre legitimaram seu poder político nos redutos a partir de uma ligação espiritual, manifesta em “sonhos”, “visões”, etc., com o monge José Maria e com a contínua assistência de “virgens” e “comandantes de reza”. A linguagem religiosa era compartilhada por todos. O próprio Adeodato, último comandante geral, além de assistido por “virgens”, era acompanhado pelo monge Maneca, o Pai Velho. Adeodato também era filho do velho Teleme, antigo “capelão de terço” de São José do Cerrito.” As lideranças “religiosas”, em contrapartida, sempre tiveram um peso político importante na vida dos redutos, sendo a “virgem” Maria Rosa a liderança com maior “voz de comando” em Caraguatá (fevereiro a abril de 1914). (MACHADO, 2004, p.24)

A historiografia apresenta a história das mulheres dissolvida na história dos homens, ignorando as peculiaridades das ações das mulheres. Em especial na guerra do contestado, tomando como exemplo os escritos militares de Dermeval Peixoto/Crivelário Maciel, que apontam a ação das mulheres, destacando somente a ação das virgens, ainda apontando como jovens *moçoilas* amantes de José Maria, sendo que a era das virgens surge somente em 1913, um ano após a morte do monge.

A participação das mulheres neste conflito, para além do combate direto com o poder político social da região, também pode ser considerada uma afronta direta à hegemonia patriarcal, que é uma das bases que estruturam o sistema capitalista, o qual determina qual o espaço de atuação que cabe a mulher.

CONCLUSÃO

A releitura desta história, por diferentes posicionamentos, permite-nos levantar distintos significados que esta exerceu na construção de uma nação. Desafiando os limites de ausência de registros históricos, propus-me a problematizar a atuação das mulheres neste conflito que finda com a vida de muitas pessoas.

O conflito do contestado, de 1912 a 1916, é o mais negativo dos resultados possíveis gerados pela desigualdade política social em Santa Catarina.

Os militares desenvolveram seus registros tão somente com o intuito de relatar a organicidade das estruturas de combate dos mesmos nos momentos de conflito no país. Em especial na obra analisada sobre a guerra do contestado, de Dermeval Peixoto, o autor se propôs a ressaltar a grande e incansável trajetória das forças militares estaduais e nacionais, realizadas para conter o surto dos revoltosos, que por ele são avaliados como ingênuos perante o novo momento que se desenhava a organização nacional e mundial.

Afirmando uma estrutura eurocêntrica que vinha se estabelecendo junto da república como parâmetro de modernização, gerando mudanças estruturais nas relações na sociedade, os caboclos do contestado são colocados como atrasados, em uma sociedade que se propunha ser moderna, desenvolvida, industrializada. Processo que se inicia com a lei de terras 1850, que propõem “aumentar” o acesso a terra, por meio da propriedade dela, reafirmando o poder dos latifundiários, tornando os posseiros e caboclos da região um estorvo neste novo processo de desenvolvimento e aumento do potencial lucrativo da terra.

Uma análise mais social da formação do povo caboclo do contestado, abrangendo o processo de povoamento da região, os embates sociais, a miscigenação, a opressão e desigualdade sofrida pelo povo através da política dos coronéis e as mudanças abruptas na organização social com a república, na construção da Estrada de Ferro, são desenvolvidas na obra de Paulo Pinheiro Machado (2004).

Machado escreve sobre esta formação social, tendo como ponto de partida a estrutura de dominação, tanto na monarquia quanto na república. Compreende a Guerra do contestado como o resultado da desigualdade social gerada por uma estrutura desigual perante a formação do povo brasileiro, que desrespeita ou não reconhece a formação deste povo como a mistura de diferentes etnias e, conseqüentemente, a mistura de culturas e crenças.

Não subestima o protagonismo do povo caboclo na Guerra do Contestado. Tece análises sobre a organização interna das cidades santas, quanto à divisão do poder e das tarefas dentro do espaço coletivo. Sem julgo de determinar as certezas perante o movimento,

discorre sobre toda a mudança política da organização, desde a formação inicial, de luta pelo direito da terra, até a luta pela vida, que tem transformações estruturais na atuação dos caboclos dentro e fora do espaço dos redutos, como o banditismo, saques nas fazendas para sobrevivência dos mesmos.

A obra escrita por Euclides J. Felipe se destaca ao apresentar narrativas em decimas que foram eternizadas no imaginário caboclo do contestado. Sendo estas colhidas em mais de 40 anos de convivência com os caboclos e peões de fazenda. Aborda diretamente qual foi o posicionamento e a organização do povo para a Guerra.

Logo, nesta, tem-se um destaque maior do protagonismo do povo na guerra. Retrata abordagens mais genéricas sobre o processo de povoamento, a estrutura de dominação política da região que é palco da guerra, mas, em contra partida, traz vivo na obra o imaginário caboclo referente à relação com a terra, com os irmãos, a fé nos Monges São João Maria e José Maria, a organicidade do povo nos redutos para se defender dos ataques e ainda, diante das obras anteriores, destaca-se no relato sobre a participação das mulheres no todo da organização do contestado.

Realizar o levantamento da participação das mulheres, dentro dos registros destas três obras sobre o conflito, é desafiador, considerando que partimos de posicionamentos distintos. No entanto, ele permite destacar o posicionamento que os autores colocaram. Com alguma distinção, apresenta a participação das mulheres limitadas às tarefas reconhecidas pelos redutos, contudo, os autores não se permitiram problematizar o enfrentamento feito pelo posicionamento que as mulheres tomaram durante a guerra, frente à hegemonia social do período.

Com a concretização do capitalismo e de novos projetos para o desenvolvimento do progresso, o ser humano é colocado a julgo de ser ou não moderno, todo o mecanismo de reprodução da vida passa a operar em favorecimento das determinações do sistema, para que o todo da população se encaixasse na nova realidade.

As mulheres e suas atuações nos diferentes campos, dentro da organização do contestado, representam para o período um embate direto ao espaço historicamente reservado a elas, transcendendo suas atuações para além do espaço íntimo da vida privada, pondo-se em construção de uma vida coletiva, fundamentada e estruturada por elas e por homens, ambos podendo se posicionar.

Foram elas que suportaram as perdas sem deixar abalar a esperança que diariamente lutavam para alimentar. Por mais que algumas das mulheres se destacam na historiografia sobre o conflito, há muitas que ainda estão escondidas por de traz dos homens, por uma história contada pelos dominantes.

Fica o desafio, neste trabalho, de superar os limites encontrados de registros e fontes referentes à atuação específica das mulheres na guerra e sua posição na construção das relações sociais de poder dentro do espaço da organização do Contestado. E, da mesma forma, resgatar a memória das *muitas outras* mulheres que finalizam as frases dos trabalhos acadêmicos, mas que não são problematizadas, e nem sua história é pesquisada.

REFERÊNCIAS

- HELLER, Milton Ivan. **A Atualidade do Contestado: edição do centenário da guerra camponesa** – Curitiba, Livraria Jurídica e Editora, 2012.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)** – Campinas-SP, Editora da UNICAMP, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**- 2ª ed, São Paulo, Editora Companhia das Letras, 1995.
- TOMAZI, Gilberto. - **Mística Do Contestado: mensagem de João Maria na experiência religiosa do Contestado** – Xanxerê-SC, ed. News Print, 2010.
- MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo, Livraria duas cidades, 1997.
- ESPING, Marcia Janete. **Personagens do Contestado: os turmeiros da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908 - 1915)**. Pelotas, Editora Universitária/ UFPel, 2011.
- FAUSTO, Boris, **O Brasil republicano, volume 1: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 6ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- FAUSTO, Boris, **O Brasil republicano, volume 2: sociedade e instituições (1889-1930)**. 5ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.
- FELIPPE, Euclides J. **O Último Jagunço: Folclore na História da Guerra do Contestado**. Curitiba-SC, Universidade do Contestado, 1995.
- JUNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo, ed. Brasiliense, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. – 11ªed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.
- MARTINS, José de Sousa. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis. Editora Vozes, 1981.
- PEIXOTO, Dermeval. **Campanha do Contestado: Episódios e Impressões**. Rio de Janeiro, Segundo Milheiro, 1920.
- COLLING, Ana Maria. **As mulheres na Ditadura Militar no Brasil, 2004**. VIII Congresso luso-afro, brasileiro de consciência sociais. Coimbra 16,17 e 18 de setembro de 2004.
- SILVA, Natalia Ferronato da. **As “Virgens Messiânicas”: participação das “Virgens” Teodora e Maria Rosa no Contestado (1912-1916)**. Revista Santa Catarina em História – Florianópolis – UFSC – Brasil ISSN 1984- 3968, v.1, n.1, 2010.

TRENTO, Aline E. LUDKA, Vanessa M. FRAGA, Nilson. **Guerreiras Imortais do Contestado, as que tudo viam e faziam durante a guerra de extermínio.** Geographia Opportuno Tempore, Londrina, v. 1, número especial, p.272-292, 2014.

DIANA, Marcelo H. N. MARTINS, Maro Lara. **O chão da história: a terra e a produção de sujeitos históricos na guerra do contestado.** Atos de Pesquisa em Educação, Blumenau, v. 12, n.1, p.139-165, 2017.

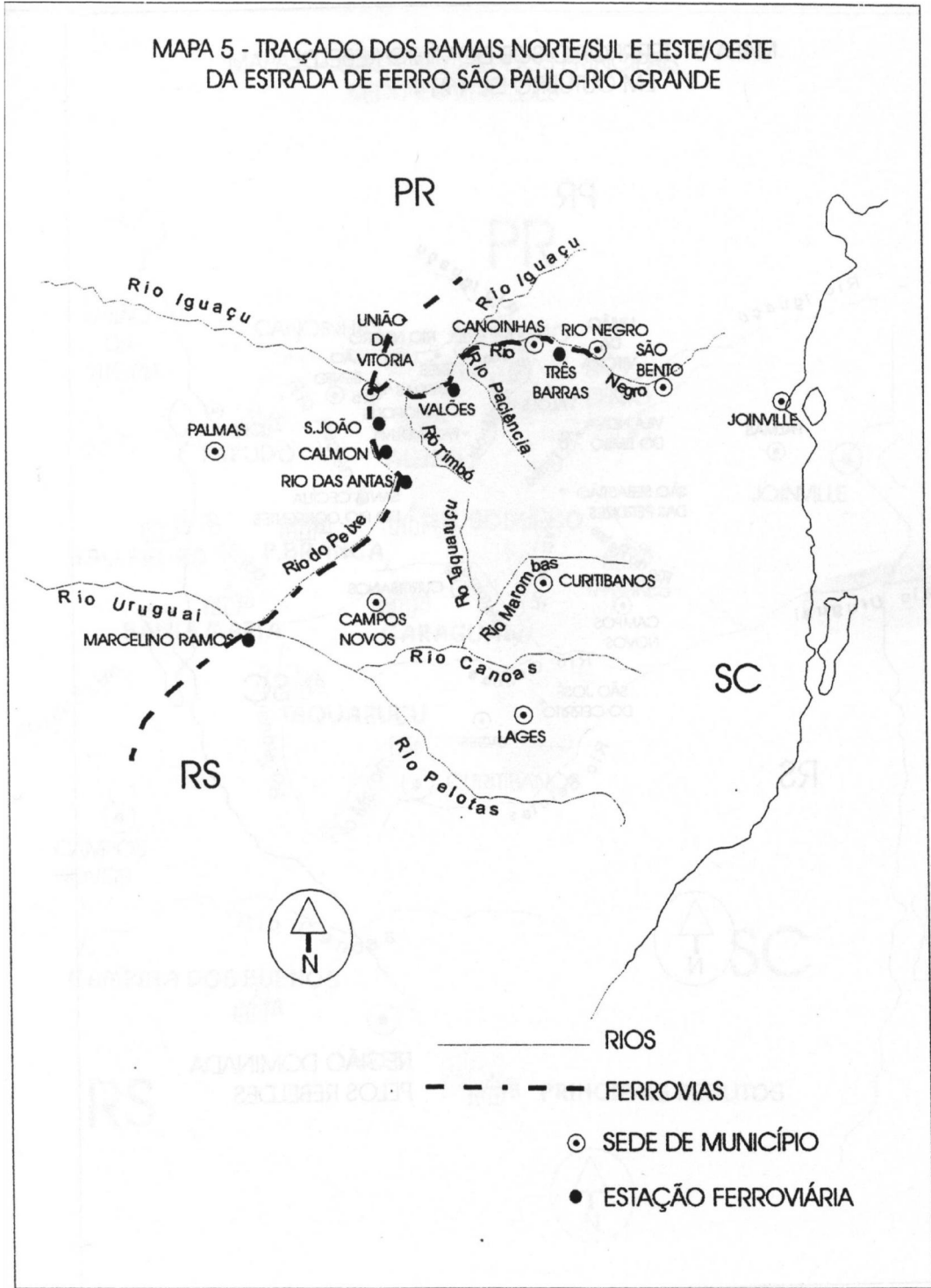
SOUSA, Rui Bragado. BULL, Vanessa Nicocelli. SILVA, Noemi Santos da. **Entrevista com Paulo Pinheiro Machado.** Vozes, Pretérito & Devir Seção Especial, v. IV, n.1, 2015.

SAVOLDI, Adiles. GEROLDI, Josiane. RENK, Arlene. **Presença da “luta” com chica pelega: narrativas caboclas nas experiências cotidianos.** Fazendo Gênero 9 Diásporas, FAPE da UNOCHAPECÓ, Santa Catarina, 2010

ESPING, Márcia Janete. **A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (1908-1910) mão de obra e migrações.** Varia História, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 849-869, 2012.

HOFBAUER, Andreas. **Branqueamento e democracia racial: sobre as entranhas do racismo no Brasil.** UNESP. Disponível em https://andreashofbauer.files.wordpress.com/2011/08/branqueamento-e-democracia-racial_finalc3adssima_2011.pdf, último acesso em 13/11/17

ANEXOS



Mapa 1: MACHADO,2004, p.379

